

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PATRIMÔNIO CULTURAL

Luciane Vianna Herter

**PATRIMÔNIO CULTURAL DE CACHOEIRA DO SUL E O ESTADO DE
CONSERVAÇÃO DE SUAS FACHADAS FRONTAIS**

Santa Maria, RS
2019

Luciane Vianna Herter

**PATRIMÔNIO CULTURAL DE CACHOEIRA DO SUL E O ESTADO DE
CONSERVAÇÃO DE SUAS FACHADAS FRONTAIS**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Patrimônio Cultural**

Orientador: Prof. Dr. Caryl Eduardo Jovanovich Lopes

Santa Maria, RS
2019

Herter, Luciane Vianna

PATRIMÔNIO CULTURAL DE CACHOEIRA DO SUL E O ESTADO DE
CONSERVAÇÃO DE SUAS FACHADAS FRONTAIS / Luciane Vianna
Herter.- 2019.

84 p.; 30 cm

Orientador: Caryl Eduardo Lopes

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, RS, 2019

1. Arquitetura 2. Edificação 3. Inventário 4.
Patrimônio Cultural 5. Fachadas I. Lopes, Caryl Eduardo
II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

© 2019

Todos os direitos autorais reservados a Luciane Vianna Herter.

A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.

Endereço: Rua Santos Dumond, 49, Bairro: Santo Inácio, Santa Maria, RS. CEP: 96820-470

Fone (55) 99125 4502; E-mail: lucianeherterufsm@gmail.com

Luciane Vianna Herter

**PATRIMÔNIO CULTURAL DE CACHOEIRA DO SUL E O ESTADO DE
CONSERVAÇÃO DE SUAS FACHADAS FRONTAIS**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Patrimônio Cultural**

Aprovada em 08 de março de 2019:

Caryl Eduardo Jovanovich Lopes, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Giane de Campos Grigoletti, Dra. (UFSM)

Clarissa de Oliveira Pereira, Dra. (UFN)

Santa Maria, RS
2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus.

À Universidade Federal de Santa Maria e, especialmente, ao curso de Arquitetura e Urbanismo, que me direcionaram ao mundo profissional, proporcionando a base sólida de conhecimentos e estudos para a minha formação.

A Caryl Lopes, pela orientação e gentileza no processo de desenvolvimento do trabalho, e pelo constante incentivo e motivação.

Aos professores Giane Grigoletti e Clarissa Pereira, pela leitura cuidadosa e sugestões importantes que contribuíram para o trabalho.

A todos os professores, pelos conhecimentos transmitidos, e a todos os colegas, pelos momentos compartilhados.

À historiadora Miriam Ritzel, pelos conhecimentos compartilhados e disponibilidade em abrir os valiosos arquivos do Arquivo Municipal de Cachoeira do Sul.

As minhas importantes bases afetivas, Regina, Cristiane e Rodrigo, pelo apoio incondicional e pela compreensão de minha ausência e limitações, que estando próximos ou distantes sempre souberam o valor dos sentimentos verdadeiros.

Agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram e me apoiaram durante o percurso deste Curso de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural.

Em especial, dedico este trabalho à minha mãe, Regina Vianna.

RESUMO

PATRIMÔNIO CULTURAL DE CACHOEIRA DO SUL E O ESTADO DE CONSERVAÇÃO DE SUAS FACHADAS FRONTAIS

AUTORA: Luciane Vianna Herter

ORIENTADOR: Prof. Dr. Caryl Jovanovich Lopes

As edificações constituem-se como uma narrativa material, sendo consagradas como testemunhas da história e incorporando a função de suscitar a rememoração do passado. As lembranças evocadas estabelecem um elo da história, e pode-se afirmar que estes bens consolidam relações de identidade e pertencimento importantes para a comunidade. Estes espaços, nas suas relações urbanísticas e arquitetônicas, estabelecem para a comunidade importantes vínculos entre espaço e cidadania. A documentação e a valorização dos bens culturais podem ganhar novas formas de expressão nas ações de preservação do patrimônio cultural. O resgate da memória é de suma importância para a construção de uma identidade consistente, tanto individual quanto coletiva, na medida em que é também um fator importante para o sentido de pertencimento. O inventário constitui-se como instrumento de proteção ao patrimônio cultural, sendo uma das mais antigas formas de proteção do patrimônio cultural em nível internacional. O Inventário do Patrimônio Cultural de Cachoeira do Sul, realizado em 1989, catalogou 123 edificações. O presente trabalho tem como tema a investigação, a análise e o registro sobre a atual situação das fachadas frontais das edificações pertencentes ao Inventário do Patrimônio Cultural de Cachoeira do Sul. Por meio de pesquisa comparativa da situação do exemplar de quando foi inventariada no ano de 1989 e da sua situação atual no ano de 2018, delimitou-se a área central e comercial da cidade, contemplada pela Rua Saldanha Marinho entre as Ruas Aníbal Loureiro e Tiradentes. O significativo número de exemplares de edificações de valor arquitetônico e cultural cadastrado, assim como a elevada valorização dos imóveis, neste recorte da cidade, demonstra a necessidade da investigação para a atualização e preservação deste acervo. É importante considerar a valorização do patrimônio como uma das formas de afirmar-se uma identidade, sendo que a materialidade atingida por este patrimônio representa os vestígios do passado e constitui a memória de cada indivíduo ou do coletivo. Parte-se do princípio de que a valorização do patrimônio depende, principalmente, de seu conhecimento e, sua preservação, do valor atribuído à história; para valorar e preservar este patrimônio é necessário fazer um trabalho efetivo sobre a questão patrimonial, que seja instrumento de motivação individual e coletiva para a prática da cidadania. Isso porque o fortalecimento do sentimento de identidade é dado pelo conhecimento do patrimônio e pela apropriação consciente da comunidade. De forma geral, esta dissertação busca um diálogo entre aspectos técnicos e históricos com o sentido de identidade presente na comunidade. Propõe despertar para a importância do patrimônio cultural e valorizar o Inventário do Patrimônio Cultural de Cachoeira do Sul, realizado em 1989, almejando que a população entenda que a evolução do tempo é inevitável e que a preservação patrimonial é possível.

Palavras-chave: Arquitetura. Edificação. Inventário. Patrimônio. Fachadas.

ABSTRACT

CULTURAL PATRIMONY OF THE CACHOEIRA DO SUL AND THE STATE OF CONSERVATION OF THEIR FRONTAGE FACADES

AUTHOR: LucianeVianna Herter
ADVISOR: Prof. Dr. Caryl Jovanovich Lopes

The buildings constitute a material narrative, being consecrated as witnesses of history and incorporating the function of provoking the remembrance of the past. The evoked memories establish a link of history, and it can be affirmed that these goods consolidate relations of identity and important belonging to the community. These spaces, in their urban and architectural relations, establish for the community important links between space and citizenship. The documentation and valuation of cultural assets may gain new forms of expression in actions to preserve cultural patrimony. The rescue of memory is of supreme importance for the construction of a consistent identity, as individual as collective, insofar as it is also an important factor for the sense of belonging. The inventory is an instrument of protection to the cultural patrimony, being one of the oldest forms of protection of cultural patrimony at an international level. The Inventory of Cultural Patrimony of Cachoeira do Sul, carried out in 1989, cataloged 123 buildings. The present work has as its subject the investigation, the analysis and the registry on the current situation of the frontal facades of the buildings belonging to the Inventory of Cultural Patrimony of Cachoeira do Sul. Through comparative research of the situation of the copy of when it was inventoried in the year of 1989 and its current situation in 2018, the central and commercial area of the city was delimited, contemplated by Saldanha Marinho Street between Aníbal Loureiro and Tiradentes Streets. The significant number of buildings of architectural and cultural value registered, as well as the high valuation of real estate, in this part of the city, demonstrates the need for research to update and preserve this collection. It is important to consider the valuation of the patrimony as one of the ways of asserting an identity, and the materiality achieved by this patrimony represents the vestiges of the past and constitutes the memory of each individual or of the collective. It is assumed that the valuation of heritage depends mainly on its knowledge and its preservation of the value attributed to history; to value and preserve this patrimony, it is necessary to do an effective work on the patrimonial issue, which is an instrument of individual and collective motivation for the practice of citizenship. This is because the strengthening of the sense of identity is given by the knowledge of the patrimony and by the conscious appropriation of the community. In general, this dissertation seeks a dialogue between technical and historical aspects with the sense of identity present in the community. It proposes to awaken to the importance of cultural patrimony and to value the Inventory of Cultural Patrimony of Cachoeira do Sul, carried out in 1989, aiming at the population understanding that the evolution of time is inevitable and that patrimonial preservation is possible.

Keywords: Architecture. Building. Inventory. Patrimony. Facade.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIAM	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
CPHAE	Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (RS)
COMPACH	Conselho Municipal do Patrimônio Histórico-Cultural
DMC	Departamento Municipal de Cultura (SP)
IPHAE	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual (RS)
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPM	Inspetoria de Monumentos Nacionais
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de localização de Cachoeira do Sul no Estado do Rio Grande do Sul	31
Figura 2 – Mapa do Município de Cachoeira do Sul com seus Distritos	32
Figura 3 – Planta Urbana de Cachoeira do Sul, 1849, elaborada pelo engenheiro Johann Martin Buff	34
Figura 4 – Ficha 00006 do Inventário do Patrimônio Cultural de Cachoeira do Sul	38
Figura 5 – Ficha 00006v do Inventário do Patrimônio Cultural de Cachoeira do Sul	39
Figura 6 – Imagem aérea da área urbana da cidade de Cachoeira do Sul e a localização da área de intervenção	42
Figura 7 – Imagem aérea da área urbana da cidade de Cachoeira do Sul e a localização da área de intervenção	43
Figura 8 – Delimitação da área de estudo na malha urbana	43
Figura 9 – Planta de situação da área de abrangência e locação das 14 edificações	75

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Edificações pertencentes ao recorte urbano objeto da pesquisa	74
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Existência da edificação	75
Gráfico 2 – Situação de ocupação	76
Gráfico 3 – Uso da edificação em 1989	76
Gráfico 4 – Uso da edificação em 2018	77
Gráfico 5 – Edificações que alteraram o uso no período de 1989 a 2018 ..	77
Gráfico 6 – Alteração da fachada frontal em relação aos elementos construtivos	77
Gráfico 7 – Alteração da fachada frontal em relação às esquadrias (materialidade e vãos)	78
Gráfico 8 – Alteração da fachada frontal em relação aos elementos decorativos	78
Gráfico 9 – Grau de intervenção na fachada	79
Gráfico 10 – Estado de conservação da fachada frontal	79

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 TEMA	15
1.2 DE LIMITAÇÃO DO TEMA	15
1.3 PROBLEMA DA PESQUISA	15
1.4 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA	17
1.5 OBJETIVOS	17
1.5.1 Objetivo Geral	17
1.5.2 Objetivos Específicos	18
1.6 ESTRUTURA DA PESQUISA	18
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	20
2.1 PATRIMÔNIO CULTURAL: HISTÓRIA DA PRESERVAÇÃO	20
2.2 MONUMENTOS E VALORES	26
2.3 INVENTÁRIO ARQUITETÔNICO COMO ETAPA PARA A PRESERVAÇÃO	29
2.4 INVENTÁRIO DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DO SUL	31
2.5 BENS INVENTARIADOS	35
3 MÉTODO DE PESQUISA	40
3.1 MODELO DE ANÁLISE COMPARATIVA	40
3.1.1 Ficha de caracterização externa	40
3.2 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DAS EDIFICAÇÕES A SEREM ANALISADAS	42
4 ANÁLISE COMPARATIVA DAS EDIFICAÇÕES	44
4.1 EDIFICAÇÕES PERTENCENTES À RUA SALDANHA MARINHO	44
4.1.1 Ficha de caracterização externa – Fachada Frontal: Cemitério das Irmandades	45
4.1.2 Ficha de caracterização externa – Fachada Frontal: 1º Hospital de Caridade	47
4.1.3 Ficha de caracterização externa – Fachada Frontal: Capela Santa Catarina	49
4.1.4 Ficha de caracterização externa – Fachada Frontal: 1ª hidráulica	51
4.1.5 Ficha de caracterização externa – Fachada Frontal: Estofaria Machado.	
4.1.6 Ficha de caracterização externa – Fachada Frontal: Edificação 789	55
4.1.7 Ficha de caracterização externa – Fachada Frontal: Edificação 946	57

4.1.8 Ficha de caracterização externa – Fachada Frontal: Residência Salzano	59
4.1.9 Ficha de caracterização externa – Fachada Frontal: Salão as Bruxas 61
4.1.10 Ficha de caracterização externa – Fachada Frontal: Edificação 1179/1187 63
4.1.11 Ficha de caracterização externa – Fachada Frontal: Edificação 1206 65
4.1.12 Ficha de caracterização externa – Fachada Frontal: Edificação sem número/ ficha 00027 67
4.1.13 Ficha de caracterização externa – Fachada Frontal: Correios e Telégrafos 69
4.1.14 Ficha de caracterização externa – Fachada Frontal: Sapataria Grande Gala e outros 71
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES 73
6 CONCLUSÃO 80
REFERÊNCIAS 82

1 INTRODUÇÃO

Os espaços urbanos são constituídos de aglomerações culturais sujeitas a diferentes apropriações. O uso do material do passado é a essência da cultura, que, por sua vez, transforma o material cultural em patrimônio. O patrimônio histórico-cultural deve ser o meio de nos ligar ao nosso passado e dar sentido ao nosso cotidiano. O conjunto do patrimônio histórico engloba todos os bens culturais que possuem representatividade para a história e a identidade da sociedade, quer seja por sua exemplaridade, quer por sua singularidade, sendo reconhecida a necessidade de ações preservacionistas do patrimônio como um todo. Os monumentos considerados patrimônio cultural fazem o elo entre presente e passado. Um projeto de construção do presente, mantendo edificações antigas vivas, para que as pessoas possam delas usufruir de algum modo, acarreta o desenvolvimento de sentimentos de importância dos referidos bens, assim como da construção da memória de um município.

A documentação e a valorização dos bens culturais podem ganhar novas formas de expressão nas ações de preservação do patrimônio cultural. O resgate da memória é de suma importância para a construção de uma identidade consistente, tanto individual quanto coletiva, na medida em que é também um fator importante para o sentido de pertencimento. Para tal resgate faz-se uso de processos e instrumentos de diferentes ciências e técnicas, importantes para a preservação da memória e de seus testemunhos. Nesse contexto, são necessárias medidas que venham a contribuir para o resgate e a preservação da memória, a partir da devida documentação de seus bens, que servirá para identificação e estabelecimento dos valores de seu patrimônio. Para isso, torna-se indispensável o conhecimento prévio dos bens que se pretende defender, sendo de grande relevância o procedimento de inventário de patrimônio cultural, tendo em vista que a documentação é parte integrante do processo de reconhecimento dos bens, incentivando ações no sentido de valorização e defesa.

O produto da pesquisa da presente dissertação é a ficha de atualização do inventário. A ficha é analítica e comparativa, a qual relata a atual situação das fachadas das edificações pertencentes ao Inventário do Patrimônio Cultural de Cachoeira do Sul. Tem o intuito de oferecer à comunidade cachoeirense um

documento com informações atualizadas para apoio ao desenvolvimento de ações preservacionistas ao patrimônio edificado.

A cidade de Cachoeira do Sul foi o quinto município do Estado, que esteve inserido em um cenário cultural bastante rico, desenvolvido, desde a chegada das correntes de imigração no início do Século XIX, propiciando o desenvolvimento como centro logístico e importante entroncamento ferroviário do centro do Estado do Rio Grande do Sul, segundo histórico da cidade relatado pela Prefeitura Municipal de Cachoeira do Sul.

Por meio de um acordo de cooperação técnica entre a Secretaria do Patrimônio Histórico Nacional e a Prefeitura Municipal foi possível a elaboração do Inventário de Patrimônio Cultural de Cachoeira do Sul. O convênio foi firmado em 1981 e a publicação do trabalho final ocorreu em 1989.

Tendo o Inventário do Patrimônio Cultural de 1989 como base, esta dissertação pretende identificar, mapear e analisar criticamente a situação atual das fachadas frontais das edificações consideradas no Inventário do arquivo municipal.

Para pesquisar a situação atual dos bens inventariados, adotou-se o método de análise comparativa. A delimitação territorial para a pesquisa contempla a Rua Saldanha Marinho, onde estão inseridas 14 edificações pertencentes ao inventário de 1989. Como conclusão, pretende-se colaborar no sentido de conhecimento e divulgação para a comunidade, resgatando a memória urbana, incentivando a preservação e fornecendo subsídios que possam contribuir substancialmente para as políticas públicas e para os planos de ações nas áreas de preservação patrimonial no município.

A arquitetura faz parte dos principais elementos para o entendimento da história das cidades, tendo as edificações importante papel como referência urbana. As edificações constituem-se como uma narrativa material, sendo consagradas como testemunhas da história e incorporando a função de suscitar a rememoração do passado. O inventário de edificações e outros bens culturais transcendem a simples atividade de documentação, significando uma ação de preservação da memória, pois é capaz de conservar a imagem, o simbolismo e a história do patrimônio construído.

Além de ser importante para a comunidade conhecer o seu passado, deve-se ter o entendimento da necessidade de conhecer o seu patrimônio, pois ele conserva a sua história. Os bens de relevância arquitetônica, histórica e cultural simbolizam a

identidade das cidades e requerem uma reflexão sobre sua preservação. Acredita-se que o conhecimento do patrimônio proporcionará o respeito e a valorização dos bens, assim como o fortalecimento da memória coletiva.

1.1 TEMA

O presente trabalho tem como tema a investigação sobre a atual situação das fachadas frontais das edificações pertencentes ao Inventário do Patrimônio Cultural de Cachoeira do Sul: patrimônio de valor arquitetônico, histórico e cultural. Consiste no registro atualizado, crítico e analítico dos exemplares edificados na cidade de Cachoeira do Sul, por meio de pesquisa comparativa da situação do exemplar de quando foi inventariada no ano de 1989 e da sua situação atual no ano de 2018.

1.2 DELIMITAÇÃO DO TEMA

Para o estudo proposto, delimitou-se a área central e comercial da cidade, contemplada pela Rua Saldanha Marinho, entre as Ruas Aníbal Loureiro, ao Norte, e Tiradentes, ao Sul. A área de abrangência da pesquisa se justifica por estar inserida em região de desenvolvimento comercial e valorização imobiliária. As edificações inventariadas existentes tornam-se suscetíveis à desconfiguração para atender às necessidades do uso comercial. O município não dispõe de plano diretor e delimitação setorial da cidade.

O significativo número de exemplares de edificações de valor arquitetônico e cultural cadastrado, assim como a elevada valorização dos imóveis, neste recorte da cidade demonstra a necessidade da investigação para a atualização e preservação deste acervo a céu aberto.

1.3 PROBLEMA DA PESQUISA

Presencia-se, em Cachoeira do Sul, o constante risco da não sobrevivência do patrimônio local, devido ao processo de crescimento urbano, especulação imobiliária e falta de políticas públicas preservacionistas. Dentre os inúmeros exemplares identificados no Inventário de 1989, percebe-se a falta de preocupação em relação à manutenção e preservação das edificações remanescentes, sendo,

muitas vezes, os bens desconhecidos até mesmo para a população que os vivencia no seu dia a dia. Atrelado a isso, são observados prejuízos para a memória coletiva e identidade cultural, com a descaracterização e empobrecimento do cenário urbano.

A cidade de Cachoeira do Sul conta com inúmeros exemplares importantes por estarem vinculados à memória de seus cidadãos. Considerando o grande acervo a céu aberto, edificações representativas desde o período de formação da cidade e que já foi gradativamente destruído, faz-se necessária à defesa pela permanência do que ainda está edificado e inserido no meio, que fala de um passado, o qual remete à história da construção da cidade e que lhe confere sentido de identidade.

Salienta-se que a arquitetura é um dos principais elementos para a análise e compreensão da história das cidades, tendo as edificações importante papel como referência urbana. As edificações constituem-se como uma narrativa material, sendo consagradas como testemunhas da história e incorporando a função de suscitar a rememoração do passado. O inventário de edificações e outros bens culturais transcende a simples atividade de documentação, significando uma ação de preservação da memória, pois é capaz de conservar a imagem, o simbolismo e a história do patrimônio construído.

Nesse contexto, são necessárias medidas que venham a contribuir para o resgate e a preservação da memória, a partir da devida documentação e atualização cadastral de seus bens, que servirá para identificação e estabelecimento, por meio da investigação comparativa da situação atual dos bens inventariados.

O Inventário do Patrimônio Cultural de Cachoeira do Sul, realizado em 1989, catalogou 123 edificações, das quais 115 edificações pertencem à zona urbana e 8 exemplares à zona rural. Segundo Arquivo Histórico do município, parte dos bens listados foi destruída ou modificada, não existindo atualmente registro de quantos desses bens permanecem ou mantêm suas características originais. O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico-Cultural de Cachoeira do Sul (COMPACH) estima que, dessas 123 edificações, 11 já foram demolidas.

O problema de pesquisa centra-se no desconhecimento da situação atual dos bens listados no referido documento. Apresenta-se a investigação sobre a situação atual das fachadas das edificações pertencentes ao inventário por meio de análise comparativa do bem inventariado em 1989 e a situação atual em 2018.

Desse modo, são elaboradas as seguintes perguntas:

- Qual a situação de preservação e/ou intervenção nas fachadas frontais das edificações consideradas?
- Quantos exemplares ainda edificados existem no recorte urbano considerado?

1.4 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

A investigação da situação atual das fachadas frontais de um setor específico do Inventário do Patrimônio Cultural de Cachoeira do Sul se justifica pela necessidade de proporcionar à comunidade, gestores e interessados numa base real de dados, atualizados e comparativos da real situação atual dos bens inventariados.

A fachada é um dos elementos construtivos documentados, por meio de imagem fotográfica, no inventário de Cachoeira do Sul. As informações sobre o restante da edificação são incompletas ou inexistentes, tornando-se inviável a análise comparativa em toda a completude das edificações.

Pretende-se contribuir no sentido de conhecimento e divulgação para a comunidade, incentivo à preservação e fornecimento de subsídios para planos de ações.

Parte-se do pressuposto da utilização da investigação sobre a atual situação das edificações do inventário como meio para a busca da educação patrimonial, através da conscientização e valorização por parte da população local e regional. A investigação deverá se tornar pública, a fim de fomentar discussões e intervenções na parcela abrangida e em outras áreas da cidade e viabilizar ações concretas no sentido da preservação do patrimônio.

1.5 OBJETIVOS

1.5.1 Objetivo Geral

Registrar e contribuir para a preservação de edificações pertencentes ao Inventário de Patrimônio Cultural de Cachoeira do Sul de 1989.

1.5.2 Objetivos Específicos

- Descrever a situação atual dos bens listados;
- Avaliar as edificações quanto ao estado de conservação das fachadas frontais;
- Proporcionar base de dados atualizada para a continuidade de estudos, pesquisa, registros, educação patrimonial e ações preservacionistas;
- Complementar os dados faltantes das fichas de 1989.

1.6 ESTRUTURA DA PESQUISA

O trabalho será estruturado em tópicos independentes, distribuídos em seis capítulos:

No primeiro capítulo – INTRODUÇÃO – serão apresentados a importância do tema, o problema e justificativa da pesquisa, assim como seu objetivo geral e objetivos específicos.

No segundo capítulo será realizada a REVISÃO BIBLIOGRÁFICA de alguns assuntos relacionados ao objeto de pesquisa, apresentando o histórico e embasamento teórico e legal de patrimônio cultural, através de conceitos de monumento, valor e inventário. Neste capítulo será feita, ainda, referência ao Município de Cachoeira do Sul, relatando-se aspectos históricos, evolução urbana e bens tombados.

O terceiro capítulo – MÉTODO DE PESQUISA – é de fundamental importância para a compreensão da investigação sobre a atual situação das edificações pertencentes ao inventário, pois definirá os parâmetros de seleção dos exemplares que serão pesquisados e o processo de elaboração da análise crítica e comparativa.

No quarto capítulo encontrar-se-á a ANÁLISE COMPARATIVA DAS FACHADAS DAS EDIFICAÇÕES, que consiste no preenchimento da ficha de atualização cadastral da situação das fachadas por intermédio da descrição dos aspectos arquitetônicos, históricos, culturais e construtivos, assim como da identificação e especificação das intervenções nos exemplares edificados.

O quinto capítulo – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS – exporá os limites da pesquisa, sua aplicabilidade e o debate acerca de novos desafios.

No sexto capítulo – CONCLUSÃO – serão demonstradas as discussões e reflexões, as quais aparecem ao longo do trabalho, a partir daquilo que foi proposto enquanto objeto do trabalho.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Para o desenvolvimento da pesquisa faz-se necessário realizar a revisão de conceitos de caráter histórico, teórico e legal que norteiam o estudo do patrimônio e sua importância na formação da identidade cultural da comunidade de Cachoeira do Sul.

A revisão desses conceitos é importante para a realização do trabalho proposto, vindo ao encontro dos temas abordados e sendo de grande valia para novas reflexões e aporte na elaboração de métodos de pesquisa. Em escala nacional, o foco de análise se centra nas ações preservacionistas a cargo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

2.1 PATRIMÔNIO CULTURAL: HISTÓRIA DA PRESERVAÇÃO

O patrimônio cultural confere identidade e orientação a determinados grupos sociais, pressupostos básicos para que se reconheça como comunidade, estimulando o exercício da cidadania através de um profundo senso de lugar e continuidade histórica. Os sentimentos que o patrimônio evoca são transcendentais, ao mesmo tempo em que sua materialidade referencia fortemente a vida das pessoas. Durante muito tempo, o conceito de patrimônio esteve atrelado ao monumento como peça única e isolada, não levando em consideração seu entorno imediato e sua inserção em um conjunto histórico (OLIVEIRA, 2007). De acordo com a Constituição Federal (BRASIL, 1988), o patrimônio é definido como os bens materiais e imateriais que se referem à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

A preocupação com a preservação do patrimônio cultural começa a se constituir, em forma de normatização em nível internacional, a partir da Carta de Atenas, de 1933, manifesto urbanístico redigido e assinado por importantes arquitetos e urbanistas, entre os quais se destaca Le Corbusier, como conclusão do IV Congresso Internacional de Arquitetura e Urbanismo (CIAM) em outubro de 1931, em Atenas, na Grécia. Esse é considerado o primeiro documento de recomendações internacionais visando à salvaguarda dos bens culturais, que permanece até a atualidade como referência para os órgãos gestores do patrimônio (CHOAY, 2001).

A carta traz referências a monumentos artísticos e históricos, não apresentando o termo *patrimônio cultural*:

A conferência assistiu à exposição dos princípios gerais e das doutrinas concernentes à proteção dos monumentos. Qualquer que seja a diversidade dos casos específicos - e cada caso pode comportar uma solução própria, a conferência constatou que nos diversos Estados representados predomina uma tendência geral a abandonar as reconstituições integrais, evitando assim, seus riscos, pela adoção de uma manutenção regular e permanente, apropriada para assegurar a conservação dos edifícios. Nos casos em que uma restauração pareça indispensável devido à deterioração ou destruição, a conferência recomenda que se respeite a obra histórica e artística do passado, sem prejudicar o estilo de nenhuma época. A conferência recomenda que se mantenha uma utilização dos monumentos, que se assegure a continuidade de sua vida, destinando-os sempre a finalidades que o seu caráter histórico ou artístico. (CURRY, 2004, p. 83).

A partir da revisão das práticas de restauração adotadas até então, tendo como principais vertentes os pensamentos de John Ruskin, Viollet-le-duc, Camilo Boito, entre outros, os Estados reunidos em Atenas estabeleceram princípios de ação baseados na unificação dos critérios para as intervenções em patrimônios culturais.

A Carta de Veneza, de 1964, apresenta um conceito de monumento histórico duplamente estendido à tipologia e à escala dos objetos. Originada a partir da necessidade de ampliação do conceito de patrimônio cultural, foram considerados com o mesmo grau de interesse e importância dos monumentos isolados, tanto os sítios históricos urbanos e rurais quanto obras modestas que, com o tempo, adquiriram significado cultural. A carta define, em seus art. 1º, 2º e 3º:

Art 1º - A noção de monumento histórico engloba a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que são o testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Esta noção estende-se não somente às grandes criações, mas também às obras modestas que adquiriram com o tempo um significado cultural.

Art 2º - A conservação e o restauro dos monumentos constituem uma disciplina que apela à colaboração de todas as ciências e de todas as técnicas que podem contribuir para o estudo e salvaguarda do patrimônio monumental.

Art. 3º - A conservação e o restauro dos monumentos visam salvaguardar tanto a obra de arte como o testemunho histórico. (CARTA DE VENEZA, 1964).

De acordo com Funari e Pelegrini (2009), a noção de patrimônio pode abrigar dezenas de conceitos diversos. Na sua origem latina, por exemplo, *patrimonium*,

encontra-se a associação entre a noção de paternidade e de pátria, pressupondo, outrossim, as noções de legado, posse. Já Lemos (1985) define como patrimônio cultural tudo o que está ligado às construções antigas e seus pertences, representativos de gerações passadas. Os valores que um patrimônio consiste são identificados dependendo de cada momento da sociedade. Ao longo do tempo foram revelados diferentes sentidos e valores em relação àquilo que foi nomeado patrimônio.

A busca pelo fortalecimento da identidade refletiu em interesses pela preservação do patrimônio cultural brasileiro e, na década de 1930, as iniciativas preservacionistas começam a alcançar resultados mais consistentes. Tem-se como marco a cidade de Ouro Preto, que foi declarada monumento nacional pelo Decreto nº 22.928, de 12 de julho de 1933, em reconhecimento a seu rico passado histórico como principal cidade do Ciclo do Ouro nas Minas Gerais e seu notável patrimônio edificado. Embora de alcance restrito pelo seu objetivo, teve grande significação por haver assinalado a decisão dos poderes públicos nacionais de iniciarem uma política nova (SPHAN, 1980).

De acordo com Fonseca (1997), o primeiro órgão brasileiro voltado para a preservação do patrimônio foi a Inspeção de Monumentos Nacionais (IPM), criada em 1933, como uma entidade vinculada ao Museu Histórico Nacional, norteadora por uma perspectiva tradicionalista e patriótica. A IPM foi instituída pelo Decreto nº 24.735, de 14 de julho de 1934, e tinha como principais finalidades impedir que objetos antigos, referentes à história nacional, fossem retirados do país em virtude do comércio de antiguidades, e que as edificações monumentais fossem destruídas por conta das reformas urbanas, em função da modernização das cidades.

Coube a Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde de 1934 a 1945, tomar a iniciativa dos estudos para um novo projeto de lei federal referente à matéria. Ainda em 1936, Capanema conseguiu a inclusão do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) junto à Câmara dos Deputados e a autorização do então Presidente Getúlio Vargas para seu funcionamento em caráter experimental.

O SPHAN foi instituído a partir da Lei nº 378, em 13 de janeiro de 1937, tornando o órgão federal incumbido da proteção do patrimônio histórico e artístico brasileiro precursor, sendo a mais antiga entidade oficial de preservação dos bens culturais na América Latina, alcançando grande prestígio no exterior (SPHAN, 1980).

Sua atuação foi regulamentada pelo Decreto nº 25, de 30 de novembro do mesmo ano, documento redigido pelo seu primeiro diretor, Rodrigo Melo Franco de Andrade, que esteve à frente da instituição até 1967, e contou com a colaboração de outros artistas e intelectuais ilustres, tais como Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Manuel Bandeira, Afonso Arinos, Sérgio Buarque de Holanda, Lúcio Costa e Carlos Drummond de Andrade.

De acordo com Fonseca (1997), o “Decreto nº 25 de criação do SPHAN estava voltado, basicamente, para garantir ao órgão que surgia os meios legais para sua atuação num campo extremamente complexo: a questão da propriedade”. Consta em seu Art. 1º:

Art. 1º - Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (DECRETO Nº 25, 1937, ART. 1º).

A partir desse decreto, definiu-se o termo *tombamento* como um instrumento organizador e catalogador, consistindo em um meio legal para compatibilizar a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional com o direito de propriedade. Define que os bens só eram considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, sendo estes apresentados em seu Art. 4º como Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Livro do Tombo Histórico, Livro do Tombo das Belas-Artes e Livro do Tombo das Artes Aplicadas. (DECRETO Nº 25, 1937).

O SPHAN veio a ser, posteriormente, Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a partir do Decreto nº 8.534, de 2 de janeiro de 1946 (SPHAN, 1980). No mesmo ano, a Constituição Federal já contemplava no seu texto a proteção do patrimônio, constando em seu Art. 175 que “as obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza ficavam sob a proteção do poder público.”

Por meio do Decreto nº 66.967, de 27 de julho de 1970, o SPHAN passou a ser denominado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Nessa década, o órgão passou por diversas transformações, buscando superar o desgaste do modelo implantado e passando a adotar uma postura condizente com o contexto histórico da

época, auge da fase modernista, com mobilização intensa da sociedade, e de poderosa especulação imobiliária a partir de crescente processo de desenvolvimento da urbanização e industrialização (SPHAN, 1980).

Destaca-se, também, a Portaria nº 230, de 26 de março de 1976, que aprova o regimento interno do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Nessa década, a ação de proteção foi descentralizada, com o estabelecimento de órgãos em nível estadual, com competência de tombamento e proteção do patrimônio histórico e artístico nacional (SPHAN, 1980).

Por meio do Decreto nº 84.198, de 13 de novembro de 1979, o SPHAN passou a chamar-se Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob a estrutura do Ministério da Educação e Cultura, ao qual permanece até hoje; em 1994 passou a designar-se Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Hoje é o órgão federal que representa as ações governamentais para promoção e coordenação do processo de preservação do patrimônio cultural brasileiro para fortalecer identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país (IPHAN, 2018).

Dentro das ações em nível nacional, cabe também mencionar a evolução dos processos do patrimônio cultural no Estado do Rio Grande do Sul. Conforme dados do IPHAN (IPHAN, 2018), a primeira iniciativa se deu com a Lei nº 971, de 1950, que criou o Conselho de Proteção do Patrimônio Científico, Artístico e Histórico do Estado, ainda sem o instrumento do tombamento. Em 1954, teve-se a criação da Divisão de Cultura, ligada à Secretaria da Educação, em que ficou estabelecida a defesa do patrimônio arquitetônico e cultural, estudos e difusão do folclore estadual. Em 1964 surge, junto à Divisão, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico, responsável pela política de preservação dos bens patrimoniais e culturais.

A partir de 1979, com a Lei nº 7.831, de 1978, esse órgão passou a ser chamado Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (CPHAE), e, em 1990, com a criação da Secretaria de Estado da Cultura, por meio da Portaria nº 11, de 1990, houve a alteração da denominação das coordenadorias, transformando-as em institutos, surgindo, assim, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAN, 2018). Assim, o IPHAE é o órgão responsável pela coordenação, planejamento, operacionalização e execução das ações do IPHAN em âmbito estadual, realizando a proteção e o tombamento do patrimônio cultural estadual.

Segundo o Art. 23 da Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988) é competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos. Ainda que a preocupação com o patrimônio cultural brasileiro esteja prevista na legislação, o poder público pouco reconhece e defende os bens culturais de interesse público.

Para o IPHAN (IPHAN, 2018) o patrimônio cultural não se restringe apenas a imóveis oficiais isolados, igrejas ou palácios, mas, na sua concepção contemporânea, estende-se a imóveis particulares, trechos urbanos e até ambientes naturais de importância paisagística, passando por imagens, mobiliário, utensílios e outros bens móveis. O patrimônio material protegido pelo IPHAN, com base em legislações específicas, é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza nos quatro Livros do Tombo: arqueológico; paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas, entre elas, a arquitetura.

O patrimônio cultural é resultado de um processo seletivo, no qual se escolhe qual a memória e quais os marcos referenciais se deseja deixar como herança para as gerações vindouras. O governo federal norteia, por meio de decretos-lei, a forma de conservação e uso do patrimônio, bem como a relação de posse e propriedade do bem cultural tombado. Além disso, estabelece sanções para os casos de não cumprimento das leis de proteção patrimonial.

No Estado do Rio Grande do Sul, destaca-se o patrimônio arquitetônico edificado, encontrado principalmente nos centros históricos, onde se podem observar alguns bens tombados nos municípios. Segundo documentos do Arquivo Municipal de Cachoeira do Sul (CACHOEIRA DO SUL, 2018), a cidade possui um acervo patrimonial significativo, sendo de fundamental importância a preocupação com a sua preservação e de grande relevância para o desenvolvimento local. Foi um dos primeiros municípios a criar o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico-cultural (COMPAHC), em 1981, e o primeiro do interior a proceder ao inventário do seu patrimônio cultural.

2.2 MONUMENTOS E VALORES

A palavra monumento deriva do latim *monumentum*, que, por sua vez, deriva de *monere*, aquilo que traz à lembrança alguma coisa. Choay (2001) disserta que o monumento assegura e desafia o tempo. É uma garantia das origens e a natureza do seu propósito, é essencial não somente apresentar, dar uma informação neutra, mas também emocionar, como uma memória viva. Ratifica, outrossim, que, em relação às obras de arquitetura, monumento designa um edifício construído para eternizar a lembrança de coisas memoráveis, ou concebido, erguido ou disposto de modo que se torne um fator de embelezamento e de magnificência nas cidades. A ideia de monumento está mais ligada ao efeito produzido pelo edifício que ao seu fim ou destinação se ajusta e se aplica a todos os tipos de edificações.

Segundo Meneguello (2007), a denominação **monumento histórico** passa a fazer parte de outra categoria, a dos bens culturais, pois o sentido de monumento, muitas vezes, pode ser reportado apenas a algo grandioso, com grandes dimensões, e o bem engloba desde edificações monumentais até pequenos casebres que possuam um valor cultural.

O termo *monumento* aparece historicamente associado ao conceito de patrimônio, contudo, designam etimologicamente aspectos distintos. Segundo Jacques Le Goff (1985):

A palavra latina *monumentum* remete para a raiz indo-européia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*). O verbo *monere* significa 'fazer recordar', de onde 'avisar', 'iluminar', 'instruir'. O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação. (LE GOFF, 1985, p. 95).

Semelhante aos conceitos de Le Goff, o historiador Riegl (1987) apresenta um conceito amplo de monumento. Em suas teorias não há o conceito de patrimônio, e, sim, de documentos, cujos valores se apresentam diferenciados. A obra de Riegl é um marco para o estudo da preservação, conservação e restauração, pois foi o primeiro a definir os valores histórico e artístico e a introduzir novas nomenclaturas de monumentos. Segundo Riegl (1987):

Por monumento, no sentido mais antigo e verdadeiramente original do termo, entende-se uma obra criada pela mão do homem e edificada dentro do fim preciso de conservar sempre presente e vivo na consciência das gerações futuras a lembrança de tal ação ou tal vida (ou as combinações de uma e de outra). (RIEGL, 1987, p. 35).

Riegl (1987) afirma ainda que o monumento histórico é uma criação da sociedade moderna, um evento histórico localizado no tempo e no espaço. Como também “Tudo que foi e hoje não é mais”. Ou seja, caracterizam os monumentos históricos todas as atividades humanas que existem como testemunho. A noção de monumento histórico representa um estado particular e único no desenvolvimento de um domínio da criação humana. Isto é, o monumento passa a ser identificado como documento histórico, e, por essa razão, deve ser mantido o mais fiel possível ao estado original, como no momento preciso de sua criação. No monumento histórico busca-se a paralisação do processo de degradação sofrido pela obra, ainda que admita as transformações já impostas pelo tempo como parte da história do próprio monumento. A respeito das noções de monumentos, Riegl (1987) traz uma linha de discussão que mantém a relação de monumentos artísticos e históricos, considerando que todo monumento tem uma dimensão histórica e outra estética, ampliando-se a abrangência da valorização patrimonial. Como aponta Fonseca (1997):

[...] ele parte do pressuposto de que todo monumento da arte é, simultaneamente, um monumento histórico, na medida em que representa um estágio determinado na evolução das artes plásticas, de que não é possível, *stricto sensu*, encontrar um equivalente. Por outro lado, todo monumento histórico é também um monumento artístico, pois mesmo um manuscrito tão mínimo como uma folha rasgada trazendo uma nota breve e sem importância, comporta, além do seu valor histórico, que concerne à evolução da fabricação do papel, da escritura, dos meios materiais utilizados para escrever etc. (FONSECA, 1997, p. 66).

É fundamental estabelecer os valores para saber o que preservar, pois esses valores influenciam nas estratégias de proteção e conservação (DELPHIN, 2005). Um dos elementos essenciais nesse processo de valorização e significação patrimonial é o valor histórico. As ações preservacionistas exercidas sobre os bens nas modernas sociedades são consideradas significativas para a memória social. Os bens conservados estabelecem um contato afetivo, físico, cognitivo e sensorial entre o atual e o passado. “A memória se concretiza, muitas vezes, em artefatos que vão desde um documento escrito até os grandes monumentos arquitetônicos. Esses

bens patrimoniais tornam próximo o que é distante no tempo e no espaço.” (MEIRA, 2004, p. 36).

Riegl (1987) aponta que os valores são vistos em detalhe, como forma de identificar as diferentes atitudes de preservação possíveis. No que tange aos valores ligados ao passado ou valores de rememoração. O **valor rememorativo** intencional relaciona-se ao monumento intencionalmente construído com função memorialística. O **valor histórico** liga-se à história em seus vários ramos. O **valor de antiguidade** apresenta, simplesmente, o gosto por tudo aquilo que seja antigo.

Portanto, a noção de monumento ou culto dos monumentos vai do valor rememorativo intencional, passando pelo valor histórico, até o valor de antiguidade ou a compreensão intuitiva que todo e qualquer um tem as marcas da passagem do tempo. Nessa ordem, dos valores citados, se tem a evolução dos valores de rememoração no culto dos monumentos.

Sobre os valores ligados ao presente ou valores de contemporaneidade, Riegl (1987) destaca três aspectos. O primeiro é o **valor de uso**, baseado, sobretudo, no critério de distinção entre o monumento histórico e as ruínas, as quais não possuem valor de uso, mas apenas valor memorial e histórico. O valor de uso se refere à valorização do patrimônio, pensando fazer com ele algo que satisfaça uma necessidade material ou de conhecimento ou um desejo. É a dimensão utilitária de um objeto histórico.

O segundo é o **valor de novidade**, em oposição ao valor de antiguidade, que a sociedade sempre atribuiu a uma aparência fresca, de recém-acabado, no apreço ou preferência da coisa nova sobre a coisa velha (RIEGL, 1987).

Finalmente, o terceiro **valor** é o **artístico relativo**, o desejo de arte ligado à sensibilidade artística de cada época, ou seja, referente a uma sensibilidade contemporânea (RIEGL, 1987).

A correta avaliação dos pesos relativos dos valores em um monumento assume uma enorme importância operacional na determinação de qual estratégia de salvaguarda ou de restauro é mais adequada. O conhecimento dos atributos de valor é necessário para que se possam definir critérios classificativos para a primeira etapa da preservação: a documentação dos bens. Através dos conceitos de valores estabelecidos é possível dar início à etapa de inventário.

2.3 INVENTÁRIO ARQUITETÔNICO COMO ETAPA PARA A PRESERVAÇÃO

O patrimônio cultural possui bens materiais e imateriais e, para que exista uma proteção de tais bens, é necessário que haja um estabelecimento do que integra esse patrimônio, para que, assim, possa efetivamente se realizar uma proteção, conservação e promoção desses bens.

A Carta de Atenas preconizava a publicação de um inventário dos monumentos históricos nacionais, acompanhado de fotografias e informações. O inventário constitui-se como instrumento de proteção ao patrimônio cultural, sendo uma das mais antigas formas de proteção do patrimônio cultural em nível internacional (CURY, 2004, p. 17).

Segundo Ballart (1997), as situações que devem ser inventariadas são aquelas em que se identificam três categorias de referência: valor de uso, formal e simbólico-significativo.

Bastos (2004) afirma que a realização do inventário trata, portanto, da reunião de conhecimentos básicos sobre a edificação, que abordam os seguintes temas: história, tipologia de arquitetura, estilo arquitetônico e obras de arte integradas, sistemas construtivos e materiais, levantamento arquitetônico e diagnóstico do estado de conservação.

Os instrumentos de preservação vêm sendo utilizados no Brasil desde a década de 1930, quando foi implantado pelo governo federal o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Somente com o advento da Constituição Federal, em 1988, o inventário foi instituído no Brasil como instrumento jurídico de preservação do patrimônio cultural, expresso em seu Art. 216, §1º: “O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação” (BRASIL, 1988, ART. 216).

O inventário de bens culturais, apesar de possuir registro constitucional, ainda não possui uma lei regulamentadora que trate de procedimentos a serem observados. Segundo Souza Filho (1997):

Agora reconhecido pela Constituição, o inventário é uma forma de proteção que carece de lei reguladora. Independente da lei os órgãos públicos responsáveis pela preservação dos valores culturais podem e devem

promover o inventário dos bens, para ter uma fonte de conhecimento das referências de identidade de que fala a Constituição em vigor. Uma lei que regulamente o inventário não necessita estabelecer o seu procedimento mas, os seus efeitos. É necessário estabelecer que consequências advirão para o bem incluído em inventário. [...] É evidente que a própria existência do inventário tem, como consequência, a preocupação sobre o bem e o reconhecimento de que ele é relevante. Desta forma, o inventário pode servir de prova nos processos de ação civil pública. Sua realização criteriosa estabelece a relação dos bens culturais portadores de referência de identidade, cujo efeito jurídico é, no mínimo, prova da necessidade de sua preservação, em juízo ou fora dele. (SOUZA FILHO, 1997, p. 100).

O inventário se propõe à identificação e ao registro de bens culturais, adotando critérios técnicos de natureza histórica, artística, arquitetônica e outras, possibilitando fornecer suporte às ações protetivas de competência do poder público. Não se confunde com o tombamento, o qual tem efeitos jurídicos mais severos, sendo uma operação material de registro de um bem efetivado pelo agente público no respectivo Livro Tombo e uma restrição imposta pelo Estado ao direito de propriedade, com o objetivo de preservar suas características.

Segundo Souza Filho (2011), o inventário é realizado antes de se haver uma ação concreta de preservação, pois é por meio do inventário que são elencados os bens a serem protegidos para, posteriormente, serem traçadas as ações para a proteção. Deve conter toda a amplitude cultural do bem, desde o território até as manifestações dos pensamentos humanos. É essencial ao planejamento de políticas públicas e necessário para o esclarecimento da comunidade, trazendo à tona a ideia do valor cultural dos bens que a envolvem.

A identificação se torna ainda mais relevante quando se refere a bens não monumentais, que não contrastam com o ambiente, pois as manifestações do cotidiano também precisam de um trabalho de identificação e de divulgação do seu valor cultural. A existência de inventário tem como consequência a preocupação com o bem e o reconhecimento de sua relevância. Dessa maneira, o inventário pode servir de prova em ações judiciais, sendo que sua realização criteriosa estabelece a relação dos bens culturais portadores de referência e identidade, cujo efeito jurídico é, no mínimo, prova da necessidade de sua preservação, em juízo ou fora dele (SOUZA FILHO, 1997).

Atualmente, a maioria dos autores defende a ideia de que o procedimento do inventário é básico e antecede a qualquer ação de tombamento, preservação ou restauração. No Brasil, o órgão responsável pela documentação e tombamento dos

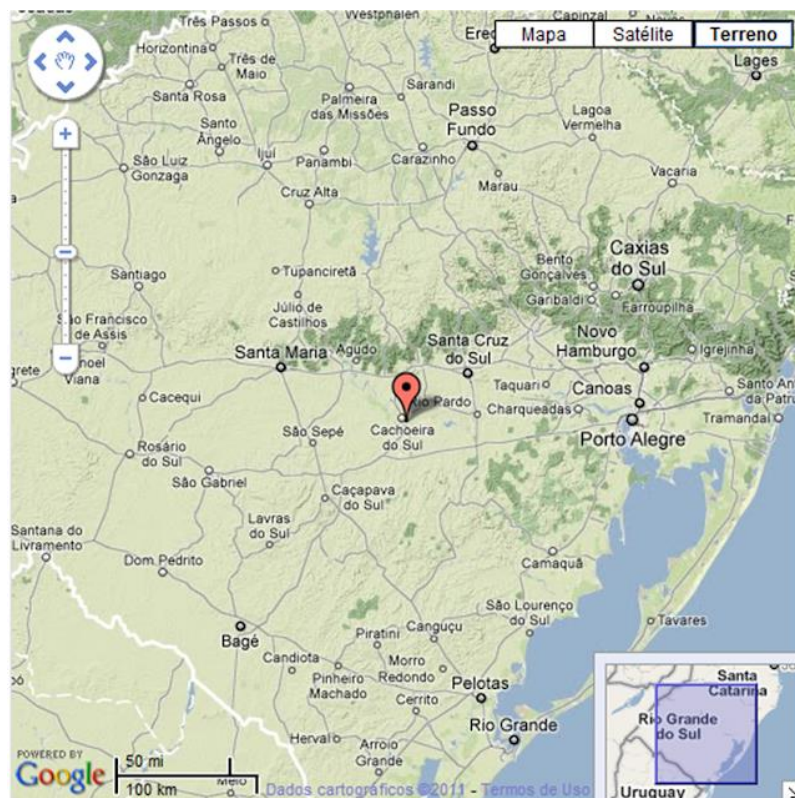
bens de interesse arquitetônico em nível nacional, IPHAN, vem realizando constantes inventários da arquitetura produzida no período colonial e de imigração. À parte, cada estado possui, vinculado à uma secretaria de governo, um departamento que gerencia essas atividades, em nível estadual, e que também desenvolve estudos de inventário.

2.4 BREVE HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DO SUL

O município de Cachoeira do Sul se localiza no centro do Rio Grande do Sul, à margem esquerda do Rio Jacuí, distante 196 km de Porto Alegre, capital do Estado. Com terras férteis e a presença do rio, a principal atividade econômica é a agricultura e a pecuária (CACHOEIRA DO SUL, 2017).

A figura 1 ilustra a localização do município no mapa geral do Estado, onde se pode ver os municípios vizinhos e inserção geral no contexto do mapa do Rio Grande do Sul.

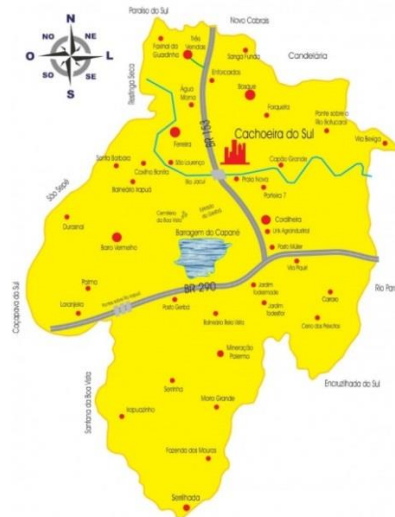
Figura 1 – Mapa de localização de Cachoeira do Sul no Estado do Rio Grande do Sul



Fonte: Google Maps. Acesso em: 15 jul. 2017.

A figura 2 apresenta o mapa do município, seus distritos e localidades onde se destaca a proximidade do Município à BR 290 e à BR 153.

Figura 2 – Mapa do Município de Cachoeira do Sul com seus Distritos



Fonte: <<https://www.jornaldopovo.com.br/anuarios>>. Acesso em: 15 de maio 2018.

Cachoeira do Sul foi o quinto município criado no Rio Grande do Sul, um dos quatorze municípios criados no breve período de existência da República Farroupilha e berço de homens ilustres da história estado, como Ramiro Barcelos, João Neves da Fontoura, Aurélio Porto, Liberato Salzano Vieira da Cunha, Nero Moura, Cabo Toco e Aparício Borges (CACHOEIRA DO SUL, 2017).

A população cachoeirense, de cerca de 87.000 habitantes, é uma mescla de vários imigrantes. A partir de 1750, essa região foi ocupada por soldados portugueses vindos de São Paulo e que receberam sesmarias do governo de Portugal. A seguir, chegaram açorianos, enviados para o Brasil devido à explosão demográfica e à escassez de terras aráveis no Arquipélago dos Açores (CACHOEIRA DO SUL, 2017).

Em 1769, índios guaranis catequizados foram aldeados no local até hoje chamado Aldeia. Esses índios vieram com o objetivo de fornecer mão de obra para a nova povoação que surgia. É dessa época o primeiro nome oficial: Capela de São Nicolau. Durante esse tempo, e ainda depois, chegavam negros escravos, pois a escravidão sustentava o modo de produção à época (CACHOEIRA DO SUL, 2017).

Em 10 de julho de 1779, a povoação foi elevada à freguesia com o nome de Freguesia de São Nicolau da Cachoeira de San José (Bispado do Rio de Janeiro,

Comarca de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo), e dois anos depois passou à invocação de Nossa Senhora da Conceição. O nome de Cachoeira surgiu no século XVIII e se deve à Cachoeira do Fandango, uma das corredeiras que existiam no rio Jacuí (CACHOEIRA DO SUL, 2017).

O Alvará de D. João VI, datado de 26 de abril de 1819, emancipou a então Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Vila de Rio Pardo. A instalação do município e eleição dos primeiros vereadores ocorreu em 5 de agosto de 1820, com a adoção do nome de Vila Nova de São João da Cachoeira, sendo essa a data escolhida para comemoração do seu aniversário. Em 15 de dezembro de 1859, o município foi elevado à categoria de Cidade, recebendo o nome de Cachoeira. Em 1944 foi adotada a denominação definitiva de Cachoeira do Sul. A Semana de Cachoeira do Sul ocorre, anualmente, entre 8 de dezembro, dia da padroeira Nossa Senhora da Conceição, e 15 de dezembro, data da elevação à cidade (CACHOEIRA DO SUL, 2017).

A Revolução Farroupilha, contra o governo imperial do Brasil, na então província de São Pedro do Rio Grande do Sul, resultou na declaração de independência da província como Estado republicano, dando origem à República Rio-Grandense. Cachoeira foi um dos 14 municípios criados e vivenciou momentos de grande tensão e indecisão, pois, por vezes, abraçou a causa dos revolucionários, e, por outras, manteve postura conservadora. Desse período há farta documentação preservada no acervo do Arquivo Histórico, na qual estão incluídos os livros que registravam os termos e autos de juramentos e posses dos vereadores, que então eram os dirigentes da Vila Nova de São João da Cachoeira (CACHOEIRA DO SUL, 2017).

Em novembro de 1857, chegava a Cachoeira a primeira leva de imigrantes alemães com destino à Colônia Santo Ângelo. Esses pioneiros tiveram muito trabalho e enfrentaram dificuldades. Os colonos com seus poucos meios para sobrevivência, encontraram um ambiente desconhecido e inóspito. Graças a eles, muitos municípios da região surgiram, transformando-se depois em municípios como Agudo, Paraíso do Sul, Novo Cabrais, assim como Cachoeira do Sul, sede e berço da colônia. A imigração italiana chegou próximo a 1880; os árabes, no primeiro quartel do século XX; e os japoneses, em meados da década de 1950 (CACHOEIRA DO SUL, 2017).

A primeira planta urbana de Cachoeira do Sul foi realizada pelo engenheiro da Comarca, Johann Martin Buff, no ao de 1850. Foi um importante instrumento para que as autoridades da época disciplinassem a concessão de terrenos e colocassem em prática, com segurança, as exigências do Código de Posturas vigente desde 1830 (CACHOEIRA DO SUL, 2017).

Diante da necessidade de disciplinar a concessão de terrenos, demarcar quadras, alinhar ruas e definir a expansão do recinto urbano, foi solicitado à Presidência da Província o envio de um engenheiro. O projeto levou 21 anos para ser finalizado (CACHOEIRA DO SUL, 2017).

O engenheiro Buff conseguiu levantar e registrar em planta e no cadastro 422 terrenos no recinto da Vila, anotando o nome dos proprietários, o ano da concessão ou posse do terreno, o nome da autoridade que concedeu o título de posse e se achavam-se edificadas ou não. Por esse registro foi possível verificar que ruas estavam demarcadas e suas denominações, quantos terrenos já eram habitados e quantos ainda estavam baldios. Esse instrumento também possibilitou a concessão de licenças para construção e mesmo de ocupação de terrenos, facilitando as tarefas do arruador, que era o oficial da Câmara encarregado de medir e delimitar áreas para construção e/ou abertura de ruas (CACHOEIRA DO SUL, 2017).

A figura 3 representa a planta urbana, de autoria do engenheiro Johann Martin Buff, em que se pode ver a configuração urbana da época, traçado das ruas e delimitação dos lotes.

Figura 3 – Planta Urbana de Cachoeira do Sul, 1849, elaborada pelo engenheiro Johann Martin Buff



Até meados da primeira metade do século XIX, era prática corrente em todo o Brasil enterrar os mortos dentro das igrejas, cabendo aos padres a tarefa de registrar nos livros correspondentes os assentos de batismos, casamentos e óbitos dos fiéis, bem como providenciar os sepultamentos. Além dos sepultamentos dentro da igreja, o terreno fronteiro a ela e o dos fundos também constituíam cemitérios (CACHOEIRA DO SUL, 2018).

Em 1831, o vigário Ignacio Francisco Xavier dos Santos redigiu uma carta ao presidente e demais vereadores da Câmara, comunicando que havia recebido aviso para que fossem suspensos os sepultamentos dentro da igreja e efetuados em cemitérios fora das povoações. A determinação era também de que, em comissão com o comandante da vila, o Sargento Mor Joaquim Severo Fialho de Mendonça, escolhessem um lugar, informando à Câmara da Capital, e que depois providenciassem o muramento do terreno e a execução de um altar (CACHOEIRA DO SUL, 2018).

Os sepultamentos dentro e no entorno da Igreja Matriz foram suspensos em 1833 e os mortos passaram a ser enterrados no atual Cemitério das Irmandades. Quanto à obra do muro de cercamento do cemitério, somente em 1853 houve a contratação do serviço para o fechamento parcial do terreno. Finalmente, em 1856, foi totalmente murado o Cemitério das Irmandades (CACHOEIRA DO SUL, 2018).

2.5 Bens Inventariados do Município de Cachoeira do Sul

Por meio de um convênio de cooperação técnica entre o município de Cachoeira do Sul e a SPHAN, foi realizado o Inventário de Patrimônio Cultural. A elaboração e levantamento técnico do trabalho tiveram início em 1981, sendo finalizados no ano de 1989. Durante esse período, foram catalogadas 123 edificações, dentre elas, 115 exemplares estavam localizados na zona urbana e 8, na zona rural (CACHOEIRA DO SUL, 1989).

Segundo consta no texto de apresentação do Inventário de Patrimônio Cultural de Cachoeira do Sul (CACHOEIRA DO SUL, 1989), o material elaborado deve servir de subsídio para atitudes políticas, no sentido de decidir o que é importante e o que deve ser preservado. Que colabore para que, mesmo com o passar dos anos, não se perca o interesse pelas raízes históricas, o que acarretaria

a destruição de bens que guardam laços da Revolução Farroupilha ou traços arquitetônicos de períodos clássicos da cidade (CACHOEIRA DO SUL, 1989).

O trabalho listou 123 imóveis urbanos e rurais que tinham algum valor histórico, arquitetônico ou cultural para Cachoeira do Sul. O município, em 1989, sob a administração do prefeito Acido Witeck, foi pioneiro, juntamente com Caçapava do Sul, no desenvolvimento do inventário, contando com o apoio da SPHAN hoje Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e da Fundação Nacional Pró-memória. A coordenação geral foi realizada pelo arquiteto Luis Fernando Rhoden, do SPHAN; a coordenação local foi da então secretária de Educação Municipal Julia Tavares; a equipe técnica foi composta por Cristiane Eskeff Coelho, Cleusa Terezinha Trinks, Maria de Fátima Silva Santos e Flávio Roberto Tompsen.

O prefácio do Inventário do Patrimônio Cultural de Cachoeira do Sul diz:

A política de preservação do patrimônio cultural do país tem pautado, historicamente, sua atuação em cima dos remanescentes de determinados períodos eleitos, como os mais significativos, seja por seu valor histórico, seja por seu valor arquitetônico ou artístico. Neste contexto, as culturas periféricas sofreram discriminação e foram deixadas de lado por longo período, desde a criação da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1937. O inventário do Patrimônio Cultural tem, neste contexto, uma importância fundamental. Cachoeira do Sul, ao finalizar o seu inventário, dá um passo importante neste processo e cumpre, pioneiramente, um dos preceitos constitucionais da União e do Estado do Rio Grande do Sul. Seu patrimônio, agora, é conhecido, cumpre protegê-lo, preservá-lo e integrá-lo ao contexto cultural do Estado. (CACHOEIRA DO SUL, 1989, p. 4).

Em entrevista com a diretora do Núcleo Municipal da Cultura e vice-presidente do COMPAHC, a historiadora Mirian Ritzel, lembra-se que o inventário foi produzido para fins de conhecimento e listagem dos prédios, destacando os que possuíssem relevância arquitetônica ou cultural ou referências históricas para o município.

Boa parte desse patrimônio acabou longe do conhecimento da população e, conseqüentemente, caiu no esquecimento pela falta de divulgação à época da sua realização. Alguns dos imóveis listados foram destruídos, demolidos ou modificados. Porém, de acordo com o Arquivo Municipal, não há registro oficial de quantos desses imóveis listados ainda resistem edificadas ou quantos têm preservadas suas características e identidade originais.

O Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento de um município. Sua principal finalidade é orientar a atuação do poder público e da iniciativa privada na construção dos espaços urbano e rural na oferta dos serviços públicos essenciais, visando assegurar melhores condições de vida para a população.


De acordo com os documentos do arquivo histórico do município, o Plano Diretor de Cachoeira do Sul foi elaborado em 1983 e não sofreu atualização desde então. Não possui diretrizes de proteção, manutenção e preservação do patrimônio histórico da cidade. Quando foi elaborado ainda não existia o Inventário de Patrimônio Cultural, pois esse foi finalizado em 1989.

Em 1981, a Lei Municipal 1.867, que dispõe sobre a proteção do Patrimônio Histórico e Cultural de Cachoeira do Sul, foi aprovada. A Lei se refere a ações relativas ao Tombamento de bens, do procedimento e seus efeitos. Em 1989, por decreto, foi aprovada a Lei Municipal 4.076, que trata da criação do COMPAHC. Em relato da historiadora e vice-presidente do COMPACH, Miriam Ritzel, afirma-se que, no ano de 2003, o COMPACH elaborou um projeto de lei baseado na legislação municipal de Joinville, SC, com medidas protetivas para os bens inventariados, porém, a lei foi arquivada e não passou por processo de votação. Cachoeira do Sul não possui uma legislação atualizada e ativa para proteção, manutenção e preservação do seu acervo inventariado.

A realização da investigação sobre a atual situação das fachadas frontais das edificações inventariadas no recorte urbano da Rua Saldanha Marinho, delimitado, ao Norte, pela Rua Aníbal Loureiro e ao Sul, pela Rua Tiradentes, torna-se importante ferramenta de documentação e mostra-se como um meio de apoio à proteção, no sentido de informar e analisar, com melhor pertinência e precisão, ações que visem à preservação dos bens inventariados.

A seguir, as figuras 5 e 6 exemplificam as fichas originais utilizadas para o cadastramento com o levantamento das informações técnicas das edificações. As fichas foram organizadas numericamente, apresentam dados de identificação, ano de construção, tipologia, uso, número de pavimentos, descrição externa da fachada, cobertura, entorno, com análise do tipo da estrutura, materialidade, foto da fachada frontal, croqui das plantas técnicas de situação e localização. O exemplar físico original e a versão *scaneada*/digitalizada se encontra no acervo do Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul.

Figura 4 – Ficha 00006 do Inventário do Patrimônio Cultural de Cachoeira do Sul

1. MUNICÍPIO: <u>Cachoeira do Sul - SEDE</u> DENOMINAÇÃO: <u>1º PRÉDIO HOSPITAL DE CARIDADE</u> ENDEREÇO: <u>Rua Saldanha Marinho</u> URBANO (X) RURAL ()		2. PRS/89-0003 - 00006	
4. ENTORNO: HOMOGÊNEO DE ÉPOCA (X) HETEROGÊNEO () DESCARACTERIZADO ()		3. TIPOLOGIA: <u>Arquitetura Hospitalar</u>	
6. FACHADA PRINCIPAL: DATAÇÃO: <u>1908</u> MATERIAL PREDOMINANTE: <u>Alvenaria de tijolos</u>		5. USO ATUAL: <u>Hospital</u> DESOCUPADO () RUÍNA ()	
8. COBERTURA: Nº DE ÁGUAS: <u>02</u> COM BEIRAL (X) COM PLATIBANDA (X)		7. Nº DE PAVIMENTOS: <u>02</u> PORÃO () SÓTÃO () OUTROS	
10. OUTROS ELEMENTOS EXTERNOS . Pátio lateral		9. ESTRUTURA: Alvenaria de tijolos portante	
12. OBSERVAÇÕES: . Vergas retas nas laterais - janelas foram fechadas com alvenaria . Colocação de veneziana em janela da frente . Beirais nas laterais		11. SITUAÇÃO: CEMITÉRIO S. SALDANHA MARINHO HOSPITAL RUA TIRADENTES	
13. FOTOS: . Filme 1 - Foto 40 		14. LOCALIZAÇÃO: S. MARINHO	
15. TRATAMENTO DA ÁREA EXTERNA: -		DATA: 13/03/89	

Fonte: Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul (1989).

Figura 5 – Ficha 00006v do Inventário do Patrimônio Cultural de Cachoeira do Sul

17. DENOMINAÇÃO: 1º PRÉDIO HOSPITAL DE CARIDADE							
18. DADOS HISTÓRICOS:							
<p>Em agosto de 1903, ocorre o lançamento da pedra fundamental por uma comissão organizadora.</p> <p>Em dezembro de 1910, é inaugurado o prédio, sendo o primeiro diretor do hospital o Dr. Cândido Alves Machado de Freitas.</p>							
FONTE: MUSEU MUNICIPAL DE CACHOEIRA DO SUL							
19. PROPRIETÁRIO:				ENDEREÇO:			
20. COMPART.	PISO	PAREDE	FORRO	COMPARTIM.	PISO	PAREDE	FORRO
21. PORTAS:	MATERIAL	BANDEIRAS	JANELAS:	MATERIAL	BANDEIRAS	OUTROS VÃOS:	
22. ESCADAS:	DEGRAU	GUAR. CORPO	CORRIMÃO	23. MOBILIÁRIO SIGNIFICATIVO:			
24. PLANTAS (Croquis)				25. OBSERVAÇÕES:			
				26. ÁREA DO TERRENO:			
				27. ÁREA DA CONSTRUÇÃO:			

3 MÉTODO DE PESQUISA

3.1 MODELO DE ANÁLISE COMPARATIVA

Será realizada identificação e descrição da edificação, levando-se em consideração as informações pertencentes à ficha do inventário, levantadas no local e com a comunidade. A análise comparativa será realizada nas fachadas frontais, lindeiras à Rua Saldanha Marinho, da situação em 2018, com a foto pertencente ao inventário de Patrimônio Cultural de Cachoeira do Sul, do ano de 1989. A seguir, o modelo padrão da ficha elaborada para análise descritiva do levantamento de dados.

3.1.1 Ficha de caracterização externa

1. IDENTIFICAÇÃO					
1.1. Identificação do imóvel:			1.4. Número da ficha do imóvel no Inventário:		
1.2. Bairro/ Município:			1.5. Ano do preenchimento da ficha do inventário:		
1.3. Endereço:			1.6. Ano do preenchimento da ficha de atualização:		
2. CROQUI IMPLANTAÇÃO DO TERRENO					
3. TIPOLOGIA		4. ÉPOCA/ DATA DA CONSTRUÇÃO: Sem registro		5. PAVIMENTOS:	
<input type="checkbox"/>	Religiosa			Acima da rua (nº):	
<input type="checkbox"/>	Civil	6. USO ORIGINAL		Abaixo da rua (nº):	
<input type="checkbox"/>	Oficial			Sótão	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Militar	7. USO ATUAL		Sim	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Industrial			Não	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Outra	8. EXISTENCIA		Porão	<input type="checkbox"/>
		<input type="checkbox"/>	Demolida	<input type="checkbox"/>	Construída
9. SITUAÇÃO DE OCUPAÇÃO		<input type="checkbox"/>	Ocupado	<input type="checkbox"/>	Desocupado

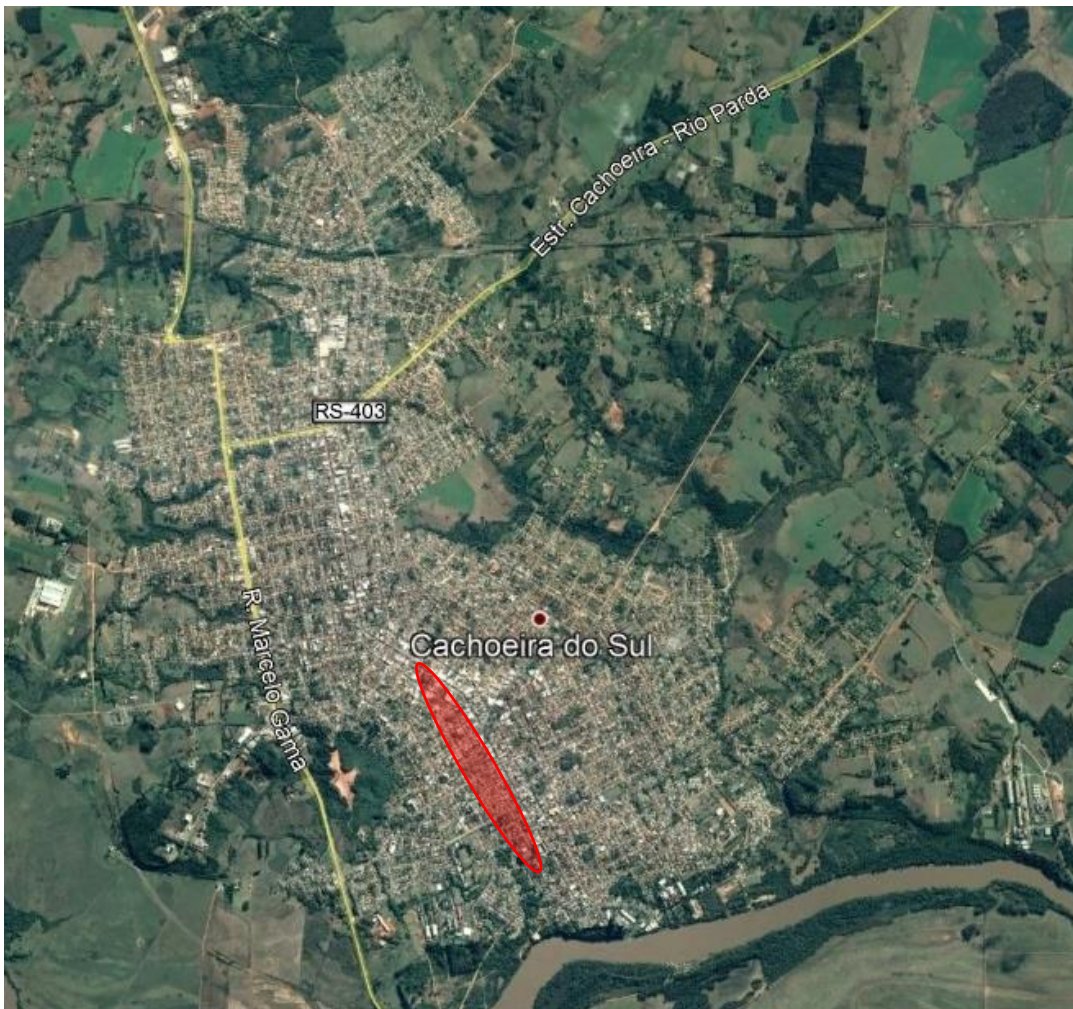
10. FOTOS		
Observação:		
11. DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA/ ANÁLISE CONSTRUTIVA ORIGINAL		
12. DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA/ ANÁLISE CONSTRUTIVA ATUAL		
13. IDENTIFICAÇÃO DAS INTERVENÇÕES		
14. ANÁLISE DO GRAU DE INTERVENÇÃO		
Intervenção Leve	Intervenção Parcial	Intervenção Total
15. ANÁLISE DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO		
16. PREENCHIMENTO DA FICHA:		
16.1. Responsável/ Profissão:	16.2. Data:	

Fonte: Autora, 2018.

3.2 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DAS EDIFICAÇÕES A SEREM ANALISADAS

Para realizar a pesquisa sobre a atual situação das fachadas pertencentes ao inventário de Cachoeira do Sul, se estabeleceu o critério de delimitação territorial para seleção das edificações. A Rua Saldanha Marinho foi contemplada, considerando 14 bens listados do total de 115 edificações do inventário de 1989. A análise será realizada nas fachadas frontais, lindeiras à Rua Saldanha Marinho, delimitada, ao Norte, pela Rua Aníbal Loureiro, e, ao Sul, pela Rua Tiradentes.

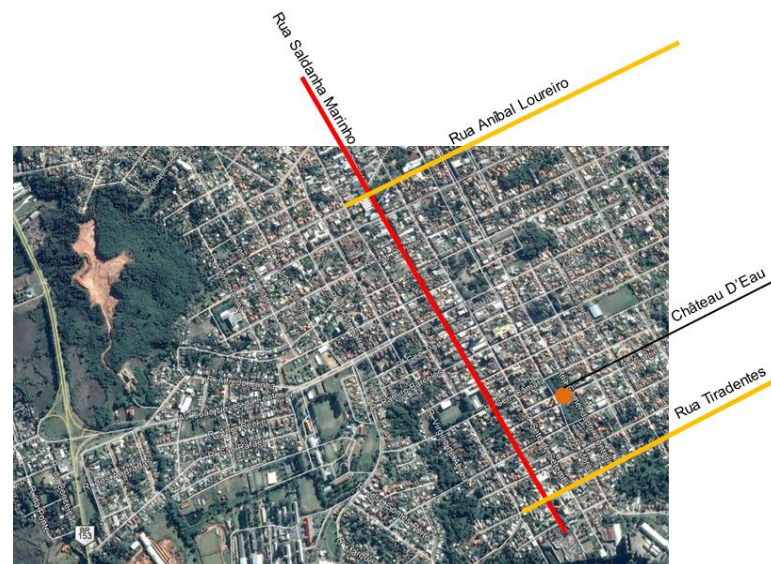
Figura 6 – Imagem aérea da área urbana da cidade de Cachoeira do Sul e a localização da área de intervenção



Fonte: <<https://www.google.com.br/maps/place/Cachoeira+do+Sul>>. Acesso em: 10 de maio 2017.

Pode-se perceber na figura 7, abaixo, a Rua Saldanha Marinho destacada em vermelho, delimitada, ao Norte, pela Rua Aníbal Loureiro, e, ao Sul, pela Rua Tiradentes, ambas destacadas pela cor amarela.

Figura 7 – Imagem aérea da área urbana da cidade de Cachoeira do Sul e a localização da área de intervenção.



Fonte: <<https://www.google.com.br/maps/place/Cachoeira+do+Sul>>. Acesso em: 10 de maio 2017.

Figura 8 – Delimitação da área de estudo na malha urbana. Verifica-se na imagem o retângulo em vermelho, correspondente à área de intervenção, e, em azul, as 14 edificações fichadas da Rua Saldanha Marinho



Fonte: Autora, 2018.

Legenda:

- Edificações pertencentes ao Inventário de Cachoeira do Sul de 1989, da Rua Saldanha Marinho

4 ANÁLISE COMPARATIVA DAS EDIFICAÇÕES

4.1 EDIFICAÇÕES PERTENCENTES À RUA SALDANHA MARINHO

São inventariadas as 14 edificações pertencentes à Rua Saldanha Marinho, apresentadas da seguinte maneira:

- 4.1.1 Cemitério das Irmandades
- 4.1.2 1º Hospital de Caridade
- 4.1.3 Capela Santa Catarina
- 4.1.4 1ª hidráulica
- 4.1.5 Estofaria Machado
- 4.1.6 Edificação 789
- 4.1.7 Edificação 946
- 4.1.8 Residência Salzano
- 4.1.9 Salão as Bruxas
- 4.1.10 Edificação 1179/ 1187
- 4.1.11 Edificação 1206
- 4.1.12 Edificação sem número/ ficha 00027
- 4.1.13 Correios e Telégrafos
- 4.1.14 Sapataria Grande Gala e outros

4.1.1 Ficha de caracterização externa – Fachada Frontal: Cemitério das Irmandades

1. IDENTIFICAÇÃO					
1.1. Identificação do imóvel: Pórtico do Cemitério das Irmandades			1.4. Número da ficha do imóvel no Inventário: 00005		
1.2. Bairro / Município: Centro / Cachoeira do Sul			1.5. Ano do preenchimento da ficha do inventário: 1989		
1.3. Endereço: Rua Saldanha Marinho, s/n			1.6. Ano do preenchimento da ficha de atualização: 2018		
2. CROQUI IMPLANTAÇÃO DO TERRENO					
<p>Fonte: A autora, 2018.</p>					
3. TIPOLOGIA		4. ÉPOCA/ DATA DA CONSTRUÇÃO:		5. PAVIMENTOS: 01	
Religiosa		Sem registro		Acima da rua (nº): 01	
Civil		6. USO ORIGINAL		Abaixo da rua (nº):	
Oficial		Cemitério		Sótão	Sim X Não
Militar		7. USO ATUAL		Porão	X
Industrial		Cemitério			
X	Outra	8. EXISTENCIA	Demolida	X	Construída
9. SITUAÇÃO DE OCUPAÇÃO		X	Ocupado		Desocupado
10. FOTOS					
Ano: 1989		Ano: 2008		Ano: 2018	
Fonte: Inventário do Patrimônio Cultural de Cachoeira do Sul, 1989.		Fonte: Arquivo Municipal. Fotógrafo Renato Thomsen, 2008.		Fonte: Autora, 2018.	

Observação: Segundo ficha do Inventário de 1989, a edificação foi o primeiro pórtico de acesso ao cemitério. Hoje existe outro pórtico de acesso, em função da ampliação do cemitério. Jardim de acesso descaracterizado pela construção de prédios (jazigos) em alvenaria de tijolos.

11. DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA / ANÁLISE CONSTRUTIVA ORIGINAL

A edificação fazia a marcação do acesso principal do cemitério municipal. Constituída em alvenaria de tijolo cozido maciço assentado e rebocada com argamassa de cal e areia. Possui abertura central com duas colunas com fustes cilíndricos e lisos, nas laterais, sem base e sem capitel. O topo do vão apresenta arco em ápice, formado por duas laterais sinuosas que se encontram configurando uma ponta no seu trecho superior. Logo acima do arco, e acompanhando suas formas, está uma faixa com a frase "EU SOU A RESSURREIÇÃO E A VIDA". Acima está uma coroa de flores em alto relevo, trabalhada no próprio reboco, rompida na parte superior por elemento escalonado, onde se lê, escrito na vertical, "JESUS". Arrematando a parte superior e central do pórtico, encontra-se estátua de Jesus Cristo em pé, segurando na mão direita um estandarte e com a mão esquerda erguida no lado do corpo, formando ângulo de 90° no cotovelo. Nas laterais superiores estão dois arcos invertidos escalonados, semicirculares.

12. DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA / ANÁLISE CONSTRUTIVA ATUAL

O cemitério passou por processo de ampliação, ocupando a área em frente ao pórtico, alterando a fachada com a inserção de novos jazigos. A edificação se encontra em ótimo estado de preservação e conservação. Pintura nova e sem alterações na estrutura física. A fachada do pórtico recebeu iluminação com refletores direcionados à estátua de Jesus.

13. IDENTIFICAÇÃO DAS INTERVENÇÕES

Legenda:

→ Intervenção atual

Iluminação direcionada para imagem



Construção de jazigos fúnebres em frente ao pórtico

Fonte: Autora, 2018.

14. ANÁLISE DO GRAU DE INTERVENÇÃO

X	Intervenção Leve		Intervenção Parcial		Intervenção Total
---	------------------	--	---------------------	--	-------------------

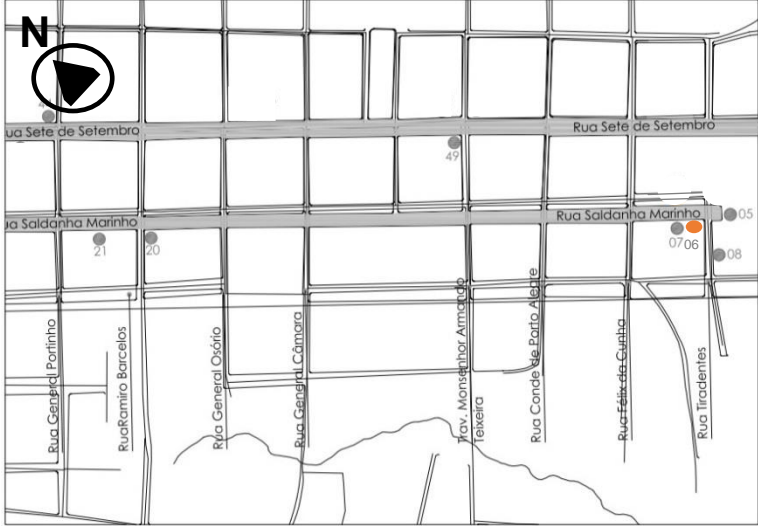



15. ANÁLISE DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO

As intervenções realizadas na fachada foram para reparos e manutenção predial. Preservou-se a estrutura e representatividade arquitetônica do pórtico. Não houve descaracterização do bem. Encontra-se em ótimo estado de conservação. Pintura nova e aplicação de cores harmônicas.

16. PREENCHIMENTO DA FICHA:

16.1. Responsável / Profissão: Luciane Herter / Arquiteta e Urbanista	16.2. Data: 16.10.2018
--	---------------------------

4.1.2 Ficha de caracterização externa – Fachada Frontal: 1º Hospital de Caridade

1. IDENTIFICAÇÃO								
1.1. Identificação do imóvel: 1º Prédio do Hospital de Caridade		1.4. Número da ficha do imóvel no Inventário: 00006						
1.2. Bairro / Município: Centro / Cachoeira do Sul		1.5. Ano do preenchimento da ficha do inventário: 1989						
1.3. Endereço: Rua Saldanha Marinho, s/n		1.6. Ano do preenchimento da ficha de atualização: 2018						
2. CROQUI IMPLANTAÇÃO DO TERRENO								
 <p>Legenda:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Edificação da ficha 00006 ● Edificação pertencente ao Inventário no entorno imediato 								
Fonte: A autora, 2018								
3. TIPOLOGIA		4. ÉPOCA / DATA DA CONSTRUÇÃO:		5. PAVIMENTOS: 01				
<input type="checkbox"/>	Religiosa	1903-1910		Acima da rua (nº): 02				
<input checked="" type="checkbox"/>	Civil	6. USO ORIGINAL		Abaixo da rua (nº):				
<input type="checkbox"/>	Oficial	Hospitalar		Sótão	<input type="checkbox"/>	Sim	<input checked="" type="checkbox"/>	Não
<input type="checkbox"/>	Militar	7. USO ATUAL		Porão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
<input type="checkbox"/>	Industrial	Hospitalar						
<input type="checkbox"/>	Outra	8. EXISTENCIA	Demolida	<input checked="" type="checkbox"/>	Construída			
9. SITUAÇÃO DE OCUPAÇÃO		<input checked="" type="checkbox"/>	Ocupado		Desocupado			
10. FOTOS								
Ano: 1989			Ano: 2008			Ano: 2018		
								
Fonte: Inventário do Patrimônio Cultural de Cachoeira do Sul, 1989.			Fonte: Arquivo Municipal. Fotógrafo Renato Thomsen, 2008.			Fonte: Autora, 2018.		
Observação: Segundo documento do Museu Municipal de Cachoeira do Sul, a edificação foi construída entre 1903 e 1910. Teve como construtor o Tenente Manoel Gomes Pereira. A construção foi financiada por campanhas junto à comunidade. Prédio tombado pelo Conselho Municipal do Patrimônio Histórico-Cultural de Cachoeira do Sul (COMPACH) no ano de 1985, por meio do processo nº 3119/85. De acordo com a ficha do Inventário de 1989, em agosto de 1903 ocorreu o lançamento da pedra fundamental por uma comissão								

organizadora. Em dezembro 1910 é inaugurado o prédio, sendo o primeiro diretor do hospital o Dr. Cândido Alves Machado de Freitas.

11. DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA / ANÁLISE CONSTRUTIVA ORIGINAL

A descrição arquitetônica foi realizada a partir da análise da ficha do Inventário do Patrimônio Cultural de Cachoeira do Sul de 1989. Edificação atendeu às primeiras instalações do Hospital de Caridade. Possui dois pavimentos. Fachada simétrica. Situada em esquina, construída sobre os alinhamentos do passeio público. Em relação aos afastamentos, possui recuo na lateral direita e não possui recuo frontal. Apresenta características do estilo barroco e neoclássico.

Elementos construtivos: Fundação em sapata corrida / sócalo. Sócalo em relevo da argamassa com duas gateiras retangulares centralizadas com o eixo das esquadrias, para ventilação inferior do assoalho. Parede em tijolo maciço assentado e revestido com argamassa em cal e areia. No primeiro pavimento ocorre o acesso principal por escadaria com sete degraus para vencer o desnível entre o passeio público e a edificação.

Esquadrias: As esquadrias apresentam verga superior em arco pleno, cercadura decorada em alto relevo e bandeira fixa com vidro. Portas duplas em madeira, dois terços superior com vidros retangulares (três por folha) e postigos internos almofadados em madeira; terço inferior em madeira almofadada. Bandeira fixa com doze vidros dispostos de forma radial. Balcão superior com guarda-corpo em ferro com adornos.

Elementos decorativos: Edificação apresenta o coroamento com platibanda adornada, possui dois vãos, alinhados com as esquadrias laterais, o espaço vazado possui quarto balaústres. No espaço central, alinhado com a esquadria, está escrito com argamassa "HOSPITAL DE CARIDADE". Cercadura decorativa em massa no contorno das esquadrias. Cunhal em argamassa. Cimalha em argamassa trabalhada.

12. DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA / ANÁLISE CONSTRUTIVA ATUAL

A edificação dialoga com outras edificações do entorno, também inventariadas. Segue de posse do Hospital de Caridade, porém, atualmente, atende ao setor administrativo da instituição. Preserva os alinhamentos e recuos.

Elementos construtivos: Foram preservados e restaurados. Nova pintura com cores neutras em tonalidade de bege claro na parede em alvenaria e bege escuro nas esquadrias em madeira e elementos decorativos.

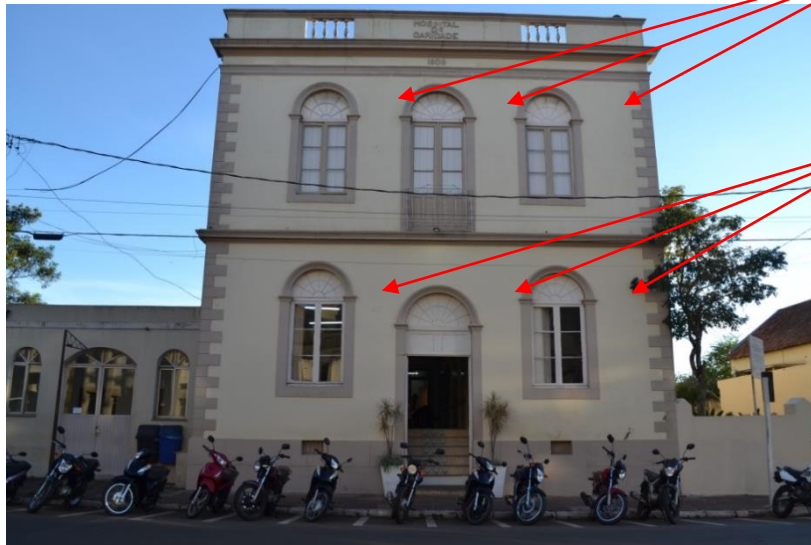
Esquadrias: Preservadas e restauradas. Os vidros constituintes da bandeira superior fixa das janelas e portas foram pintados com tinta opaca cor bege claro.

Elementos decorativos: Os cunhais, cimalha, frisos, arcos e demais adornos em relevo da fachada receberam a cor bege escuro para destaque, assim como o sóculo em relevo.

13. IDENTIFICAÇÃO DAS INTERVENÇÕES

Legenda:

→ Intervenção atual



Bandeira fixa com vidro pintado

Bandeira fixa com vidro pintado

Fonte: Autora, 2018.

14. ANÁLISE DO GRAU DE INTERVENÇÃO

X	Intervenção Leve		Intervenção Parcial		Intervenção Total
---	------------------	--	---------------------	--	-------------------

15. ANÁLISE DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO

A edificação apresenta bom estado de conservação, sem descaracterização arquitetônica. As intervenções realizadas foram para manutenção predial. Não apresenta patologias relevantes. Por ser um bem tombado pelo Município não apresenta risco de desaparecimento. Destaca-se que a edificação se encontra em melhor estado de conservação do que em 1989.

16. PREENCHIMENTO DA FICHA:

16.1. Responsável / Profissão:	16.2. Data:
Luciane Herter / Arquiteta e Urbanista	16.10.2018

4.1.3 Ficha de caracterização externa – Fachada Frontal: Capela Santa Catarina

1. IDENTIFICAÇÃO					
1.1. Identificação do imóvel: Capela Santa Catarina		1.4. Número da ficha do imóvel no Inventário: 00007			
1.2. Bairro / Município: Centro / Cachoeira do Sul		1.5. Ano do preenchimento da ficha do inventário: 1989			
1.3. Endereço: Rua Saldanha Marinho, 47		1.6. Ano do preenchimento da ficha de atualização: 2018			
2. CROQUI IMPLANTAÇÃO DO TERRENO					
		<p>Legenda:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Edificação da ficha 000075 ● Edificação pertencente ao Inventário no entorno imediato 			
Fonte: A Autora, 2018					
3. TIPOLOGIA		4. ÉPOCA / DATA DA CONSTRUÇÃO:		5. PAVIMENTOS: 01	
X	Religiosa	1919		Acima da rua (nº): 01	
	Civil	6. USO ORIGINAL		Abaixo da rua (nº):	
	Oficial	Capela		Sótão	Sim X Não
	Militar	7. USO ATUAL		Porão	X
	Industrial	Capela			
	Outra	8. EXISTENCIA		Demolida	X Construída
9. SITUAÇÃO DE OCUPAÇÃO		X	Ocupado		Desocupado
10. FOTOS					
<p>Ano: 1989</p> <p>Fonte: Inventário do Patrimônio Cultural de Cachoeira do Sul, 1989.</p>		<p>Ano: 2008</p> <p>Fonte: Arquivo Municipal. Fotógrafo Renato Thomsen, 2008.</p>		<p>Ano: 2018</p> <p>Fonte: Autora, 2018.</p>	
<p>Observação: Segundo consta na ficha do inventário de 1989, em janeiro de 1919 chegam as primeiras irmãs de caridade da Associação Congregação de Santa Catarina para o Hospital de Caridade. Em maio de 1919 é lançada a pedra fundamental da Capela, pelo Vigário Revmo Luiz Scortegagna. Em novembro de 1919 ocorre a</p>					

inauguração da capela, com missa oficializada pelo vigário da paróquia.

11. DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA / ANÁLISE CONSTRUTIVA ORIGINAL

A descrição arquitetônica foi realizada a partir da análise da ficha do Inventário do Patrimônio Cultural de Cachoeira do Sul de 1989. Edificação com um pavimento e desnível de 1,20m do passeio público. Localizada em meio de quadra. Em relação aos afastamentos, não possui recuo frontal e recuo lateral direito. Recuo lateral esquerdo de 1,5m. Passeio calçado e logradouro com asfalto. Possui fachada simétrica e frontão triangular.

Elementos construtivos: Fundação em sapata corrida / sócalo. Sócalo em relevo em argamassa com duas gateiras retangulares centralizadas com o eixo das esquadrias, para ventilação inferior do assoalho. Parede em tijolo maciço assentado e revestido com argamassa em cal e areia. O acesso principal ocorre por escadaria com sete degraus para vencer o desnível de 1,20m entre o passeio público e o nível interno da edificação.

Esquadrias: O acesso principal ocorre por porta dupla, de giro, em madeira almofadada com verga reta, aplicação de tinta esmalte com cor. Acima da verga da porta de acesso existe janela em madeira, fixa, com 10 vidros dispostos de forma radial, verga em arco ogival e cercadura decorada em alto relevo. Duas janelas laterais, simétricas ao eixo da testada, com dezesseis vidros retangulares, compondo folha fixa, verga superior em arco ogival, cercadura decorada em alto relevo e bandeira fixa com dez vidros dispostos de forma radial. As janelas foram pintadas com tinta esmalte com cor.

Elementos decorativos: Edificação apresenta o coroamento superior com pináculo central e cruz na parte superior. Cunhais em argamassa, cercadura decorativa em massa no contorno das esquadrias e cimalha em argamassa trabalhada com frisos. Base inferior das janelas com frisos na argamassa. Nomenclatura da capela em argamassa em relevo acima da porta de acesso principal.

12. DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA / ANÁLISE CONSTRUTIVA ATUAL

A edificação dialoga com outras edificações do entorno, também inventariadas. Preserva os alinhamentos e recuos. Destaca-se que a edificação se encontra em melhor estado de conservação do que em 1989.

Elementos construtivos: Foram preservados e restaurados.

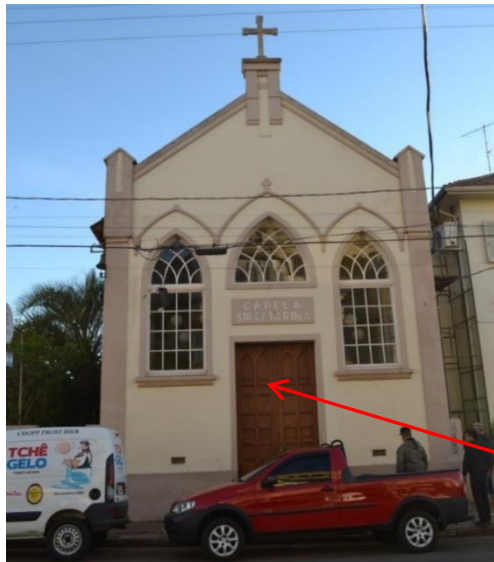
Esquadrias: As esquadrias foram preservadas e restauradas. A porta de acesso principal se apresenta em madeira natural com acabamento em verniz opaco, diferente da original, pintada com tinta esmalte em cor clara.

Elementos decorativos: Os elementos decorativos, como cunhais, cimalha, frisos, arcos e demais adornos em relevo da fachada, receberam a cor bege escuro para destaque, assim como o sóculo em relevo.

13. IDENTIFICAÇÃO DAS INTERVENÇÕES

Legenda:

→ Intervenção atual



Porta em madeira com acabamento em verniz

Fonte: Autora, 2018

14. ANÁLISE DO GRAU DE INTERVENÇÃO

X	Intervenção Leve		Intervenção Parcial		Intervenção Total
---	------------------	--	---------------------	--	-------------------

15. ANÁLISE DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO



Edificação em estado regular de conservação. Foram realizadas intervenções para manutenção predial, porém, apresenta patologias nas estruturas, desgaste da tinta e sinais de infiltração na parede da fachada frontal. Por ser edificação religiosa, não corre o risco de demolição. Destaca-se que a edificação se encontra em melhor estado de conservação do que em 1989.

16. PREENCHIMENTO DA FICHA:



16.1. Responsável / Profissão: Luciane Herter / Arquiteta e Urbanista	16.2. Data: 16.10.2018
--	---------------------------

4.1.4 Ficha de caracterização externa – Fachada Frontal: 1ª hidráulica

1. IDENTIFICAÇÃO							
1.1. Identificação do imóvel: 1º Hidráulica		1.4. Número da ficha do imóvel no Inventário: 00008					
1.2. Bairro / Município: Centro/ Cachoeira do Sul		1.5. Ano do preenchimento da ficha do inventário: 1989					
1.3. Endereço: Rua Saldanha Marinho, s/n		1.6. Ano do preenchimento da ficha de atualização: 2018					
2. CROQUI IMPLANTAÇÃO DO TERRENO							
		<p>Legenda:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Edificação da ficha 00008 ● Edificação pertencente ao Inventário no entorno imediato 					
Fonte: A Autora, 2018							
3. TIPOLOGIA	4. ÉPOCA / DATA DA CONSTRUÇÃO:			5. PAVIMENTOS: 01			
Religiosa	1921			Acima da rua (nº): 00			
Civil	6. USO ORIGINAL			Abaixo da rua (nº):			
X Oficial	Reservatório de água (hidráulica)			Sótão	Sim	X	Não
Militar	7. USO ATUAL			Porão			X
Industrial	Reservatório de água						
Outra	8. EXISTENCIA		Demolida	X	Construída		
9. SITUAÇÃO DE OCUPAÇÃO		Ocupado	X	Desocupado			
10. FOTOS							
Ano: 1989 		Ano: 2008 		Ano: 2018 			
Fonte: Inventário do Patrimônio Cultural de Cachoeira do Sul, 1989.		Fonte: Arquivo Municipal. Fotógrafo Renato Thomsen, 2008.		Fonte: A autora, 2018.			
Observação: Segundo consta na ficha do inventário de 1989, a primeira Hidráulica municipal é inaugurada em 20 de setembro de 1921, na Travessa Tuiuti, na gestão do prefeito Dr. Aníbal Lopes Loureiro. Constava de um poço, uma bomba de captação de água, acionada por motor elétrico, um chafariz e de tanques destinados a pré-filtrar a água. A água era distribuída para a cidade por cerca de 2.500 metros de encanamentos de aço. No ano de 1989 constatou-se que parte dos decantadores foi transformada, pelo							

cemitério, em ossários. A primeira hidráulica se encontra, atualmente, desativada.			
11. DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA / ANÁLISE CONSTRUTIVA ORIGINAL			
A descrição arquitetônica foi realizada a partir da análise da ficha do Inventário do Patrimônio Cultural de Cachoeira do Sul de 1989. A edificação é composta por oito pilares retangulares dispostos de forma radial com amarração de vigas com espaçamento entre elas e coroamento superior com tanque em concreto para o armazenamento da água. A estrutura é em concreto. Adornos decorativos em argamassa nos pilares, alinhados com as vigas e, no topo dos pilares, fora e nas laterais, outro adorno.			
12. DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA / ANÁLISE CONSTRUTIVA ATUAL			
A estrutura encontra-se preservada, porém, sem uso. Pintura em estado de degradação elevado devido às intempéries e à falta de manutenção. Patologias aparentes.			
13. IDENTIFICAÇÃO DAS INTERVENÇÕES			
Legenda:			
 Intervenção atual			
			
Fonte: Autora, 2018.			
14. ANÁLISE DO GRAU DE INTERVENÇÃO			
X	Intervenção Leve	Intervenção Parcial	Intervenção Total
15. ANÁLISE DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
Estado precário de conservação. Patologias aparentes nas estruturas, tinta desgastada. Necessita de intervenção para manutenção predial.			
16. PREENCHIMENTO DA FICHA:			
16.1. Responsável / Profissão:		16.2. Data:	
Luciane Herter / Arquiteta e Urbanista		16.10.2018	

4.1.5 Ficha de caracterização externa – Fachada Frontal: Estofaria Machado

1. IDENTIFICAÇÃO				
1.1. Identificação do imóvel: Estofaria Machado		1.4. Número da ficha do imóvel no Inventário: 00020		
1.2. Bairro/ Município: Centro / Cachoeira do Sul		1.5. Ano do preenchimento da ficha do inventário: 1989		
1.3. Endereço: Rua Saldanha Marinho esquina Rua Ramiro Barcelos, s/n		1.6. Ano do preenchimento da ficha de atualização: 2018		
2. CROQUI IMPLANTAÇÃO DO TERRENO				
				<p>Legenda:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Edificação da ficha 00020 ● Edificação pertencente ao Inventário no entorno imediato
Fonte: A autora, 2018				
3. TIPOLOGIA		4. ÉPOCA / DATA DA CONSTRUÇÃO:		5. PAVIMENTOS:
Religiosa				Acima da rua (nº): 01
X Civil		6. USO ORIGINAL		Abaixo da rua (nº):
Oficial		Comercial		Sótão <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/>
Militar		7. USO ATUAL		Porão <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
Industrial		Demolida		
Outra		8. EXISTENCIA	X Demolida	Construída
9. SITUAÇÃO DE OCUPAÇÃO		Ocupado	Desocupado	
10. FOTOS				
Ano: 1989	Ano: 2008		Ano: 2018	
				
Fonte: Inventário do Patrimônio Cultural de Cachoeira do Sul, 1989.				
Observação: Edificação demolida.				

11. DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA / ANÁLISE CONSTRUTIVA ORIGINAL		
12. DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA / ANÁLISE CONSTRUTIVA ATUAL		
13. IDENTIFICAÇÃO DAS INTERVENÇÕES		
14. ANÁLISE DO GRAU DE INTERVENÇÃO		
Intervenção Leve	Intervenção Parcial	Intervenção Total
15. ANÁLISE DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO		
16. PREENCHIMENTO DA FICHA:		
16.1. Responsável / Profissional:		16.2. Data:
Luciane Herter / Arquiteta e Urbanista		16.10.2018

4.1.6 Ficha de caracterização externa – Fachada Frontal: Edificação 789

1. IDENTIFICAÇÃO								
1.1. Identificação do imóvel: Edificação 789		1.4. Número da ficha do imóvel no Inventário: 00021						
1.2. Bairro / Município: Centro / Cachoeira do Sul		1.5. Ano do preenchimento da ficha do inventário: 1989						
1.3. Endereço: Rua Saldanha Marinho, 789		1.6. Ano do preenchimento da ficha de atualização: 2018						
2. CROQUI IMPLANTAÇÃO DO TERRENO								
<p>Fonte: A Autora, 2018</p> <p>Legenda:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Edificação da ficha 00021 ● Edificação pertencente ao Inventário no entorno imediato 								
3. TIPOLOGIA		4. ÉPOCA / DATA DA CONSTRUÇÃO:		5. PAVIMENTOS:				
Religiosa		Sem registro		Acima da rua (nº): 02				
X Civil		6. USO ORIGINAL		Abaixo da rua (nº):				
Oficial		Residencial		Sótão		Sim	X	Não
Militar		7. USO ATUAL		Porão			X	
Industrial		Misto (Residencial / Comercial)						
Outra		8. EXISTENCIA	Demolida	X	Construída			
9. SITUAÇÃO DE OCUPAÇÃO		X	Ocupado		Desocupado			
10. FOTOS								
Ano: 1989			Ano: 2008			Ano: 2018		
Fonte: Inventário do Patrimônio Cultural de Cachoeira do Sul, 1989.			Fonte: Arquivo Municipal. Fotógrafo Renato Thomsen, 2008			Fonte: A autora, 2018.		
Observação: Segundo consta na ficha do inventário de 1989, uma das janelas do térreo foi transformada em porta.								

11. DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA / ANÁLISE CONSTRUTIVA ORIGINAL

A descrição arquitetônica foi realizada a partir da análise da ficha do Inventário do Patrimônio Cultural de Cachoeira do Sul de 1989. Fachada simétrica. Situada em meio de quadra, construída sobre o alinhamento do passeio público. Em relação aos afastamentos, não possui recuos frontal e laterais.

Elementos construtivos: Fundação em sapata corrida / sócalo. Parede em tijolo maciço assentado e revestido com argamassa em cal e areia.

Esquadrias: No pavimento térreo, à esquerda, porta de giro, com terço inferior em madeira almofadada, terço superior com nove vidros retangulares, bandeira fixa com três vidros retangulares. Nas laterais da porta central, duas janelas, fixas, com dez divisões de vidros retangulares, sem bandeira e com postigo almofadado interno. Porta centralizada no eixo da fachada com duas folhas de giro, terço inferior em madeira almofadada, terço superior com dois vidros retangulares e grade externa em ferro, verga em arco com cercadura com frisos em relevo e vidro fixo. Janela guilhotina, à direita, em madeira e quinze divisões em vidros retangulares. O segundo pavimento apresenta balcão com porta centralizada entre duas janelas. Porta com duas folhas de giro, terço inferior em madeira almofadada, terço superior com dois vidros retangulares e postigo interno. Bandeira com verga em arco abatido com um vidro liso. Janelas laterais fixas com três divisões em vidro e verga em arco.

Elementos decorativos: A edificação é rica em elementos decorativos em relevo de argamassa. A platibanda possui frisos, elementos decorativos, cimalha em relevo. Friso para delimitação da altura final do sócalo. Balcão com guarda-corpo vazado com balaústres. Cunhal em argamassa nas laterais. Portas com verga em arco com cercadura decorativa com frisos em relevo e vidro fixo.

12. DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA / ANÁLISE CONSTRUTIVA ATUAL

A edificação dialoga com as demais edificações do entorno, também inventariadas. Preserva os alinhamentos e recuos. Possui tonalidade de cor clara e monocromática. O segundo pavimento não apresenta alterações na fachada.

Elementos construtivos: Foram preservados e restaurados. Presença de toldo metálico no primeiro pavimento.

Esquadrias: As esquadrias do pavimento térreo foram alteradas no dimensionamento dos vãos, quantidade, materialidade e tipologia. As esquadrias do lado esquerdo da fachada foram unificadas com a retirada do peitoril em alvenaria e deram lugar a uma grande janela com perfil em alumínio e vidro fixo para a vitrine. O vão central da porta foi mantido, porém, a porta foi substituída por modelo com duas folhas de giro em vidro temperado e cortina em ferro de enrolar. A janela à direita da porta central teve o peitoril demolido e também se transformou em vitrine, com vidro fixo, perfil em alumínio e cortina em ferro de enrolar. Janela à direita foi transformada em porta, para acesso à residência do pavimento superior. Porta de giro, com terço inferior em madeira almofadada, terço superior com nove vidros, bandeira fixa em madeira três vidros retangulares.

Elementos decorativos: Os elementos decorativos e demais adornos em relevo da fachada foram preservados. Foram adicionadas placas com sinalização visual do comércio.

13. IDENTIFICAÇÃO DAS INTERVENÇÕES

Legenda:

→ Intervenção atual

Placas com sinalização visual do comércio

Janela unificada, peitoril demolido, vidro fixo para vitrine

Número predial



Toldo metálico

Bandeira fixa

Peitoril demolido, vidro fixo para vitrine

Peitoril demolido, porta para acesso ao 2º pavimento

Fonte: Autora, 2018.

14. ANÁLISE DO GRAU DE INTERVENÇÃO

Intervenção Leve	X	Intervenção Parcial	Intervenção Total
------------------	---	---------------------	-------------------

15. ANÁLISE DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO



A edificação apresenta bom estado de conservação, sem descaracterização arquitetônica no segundo pavimento. As intervenções realizadas foram para adequação ao novo uso – comercial. Não apresenta patologias relevantes.

16. PREENCHIMENTO DA FICHA:

16.1. Responsável / Profissão: Luciane Herter / Arquiteta e Urbanista	16.2. Data: 16.10.2018
--	---------------------------

4.1.7 Ficha de caracterização externa – Fachada Frontal: Edificação 946

1. IDENTIFICAÇÃO			
1.1. Identificação do imóvel: Edificação 946		1.4. Número da ficha do imóvel no Inventário: 00022	
1.2. Bairro / Município: Centro / Cachoeira do Sul		1.5. Ano do preenchimento da ficha do inventário: 1989	
1.3. Endereço: Rua Saldanha Marinho, 946.		1.6. Ano do preenchimento da ficha de atualização: 2018	
2. CROQUI IMPLANTAÇÃO DO TERRENO			
		<p>Legenda:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Edificação da ficha 00022 ● Edificação pertencente ao Inventário do entorno imediato 	
Fonte: A autora, 2018.			
3. TIPOLOGIA	4. ÉPOCA / DATA DA CONSTRUÇÃO:	5. PAVIMENTOS:	
<input type="checkbox"/> Religiosa	Sem registro	Acima da rua (n°): 02	
<input checked="" type="checkbox"/> Civil	6. USO ORIGINAL	Abaixo da rua (n°):	
<input type="checkbox"/> Oficial	Residencial	Sótão	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
<input type="checkbox"/> Militar	7. USO ATUAL	Porão	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
<input type="checkbox"/> Industrial	Misto (Residencial / Comercial)		
<input type="checkbox"/> Outra	8. EXISTENCIA	Demolida	<input checked="" type="checkbox"/> Construída
9. SITUAÇÃO DE OCUPAÇÃO	<input checked="" type="checkbox"/> Ocupado	<input type="checkbox"/> Desocupado	
10. FOTOS			
<p>Ano: 1989</p> <p>Fonte: Inventário do Patrimônio Cultural de Cachoeira do Sul, 1989.</p>	<p>Ano: 2008</p> <p>Fonte: Arquivo Municipal. Fotógrafo Renato Thomsen, 2008.</p>	<p>Ano: 2018</p> <p>Fonte: A autora, 2018.</p>	
Observação: Segundo consta na ficha do inventário de 1989 eram duas residências geminadas, com frontões diferentes e cobertura única.			

11. DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA / ANÁLISE CONSTRUTIVA ORIGINAL					
<p>Edificação com uso residencial de tipologia geminada. Fachada assimétrica. Situada em meio de quadra, construída sobre o alinhamento do passeio público. Em relação aos afastamentos, não possui recuos frontal e laterais.</p> <p>Elementos construtivos: Fundação em sapata corrida / sócalo. Parede em tijolo maciço assentado e revestido com argamassa em cal e areia.</p> <p>Esquadrias: Lado esquerdo da edificação, no pavimento térreo, porta dupla com folhas de giro, terço inferior almofadado em madeira, terço superior com madeira, seis vidros retangulares e gradil em ferro. Verga em arco abatido e cercadura decorativa em relevo na argamassa. Ao lado, janela em madeira com duas folhas de correr, gradil em ferro e verga reta com continuidade da cercadura da porta. No pavimento superior, janela em madeira e quadro com vidros retangulares em cada uma das duas folhas de giro, postigo em madeira almofadada, bandeira fixa com seis vidros retangulares. Porta da sacada com duas folhas de giro, terço inferior almofadado em madeira, terço superior com seis vidros, postigo interno almofadado em madeira e bandeira fixa em madeira e seis vidros retangulares. Lado direito, pavimento térreo com porta de garagem tipo camarão com quatro folhas, abertura central, terço inferior em madeira almofadada e terço superior com cinco vidros retangulares de diferentes tamanhos. No segundo pavimento, duas janelas de uma folha nas laterais da porta de acesso da sacada, constituídas em madeira, seis divisões em vidro e postigo almofadado em madeira na parte interna. Porta da sacada em madeira, uma folha de giro, terço inferior em madeira almofadada, terço superior com seis vidros retangulares, bandeira superior fixa com três divisões de vidros retangulares.</p> <p>Elementos decorativos: A edificação é rica em detalhes decorativos em alto relevo característicos do estilo eclético. A platibanda possui dois frontões diferentes. Do lado esquerdo, frontão triangular com frisos, elementos decorativos em argamassa em relevo. Guarda-corpo da sacada em ferro e mísula em argamassa. Três colunas com base com frisos horizontais. Lado direito com frontão em arco abatido, cercadura, frisos e elementos decorativos em relevo. Guarda-corpo da sacada com balaústres.</p>					
12. DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA / ANÁLISE CONSTRUTIVA ATUAL					
<p>A edificação dialoga com outras edificações do entorno, também inventariadas. Preserva os alinhamentos e recuos. Possui tonalidade de cor clara. O segundo pavimento não apresenta alterações na fachada se comparada com fachada do Inventário de 1989.</p> <p>Elementos construtivos: Foram preservados e restaurados.</p> <p>Esquadrias: As esquadrias do pavimento térreo foram substituídas por esquadrias em ferro e vidro e grade em ferro. As demais esquadrias foram preservadas.</p> <p>Elementos decorativos: Os elementos decorativos e demais adornos em relevo da fachada, foram preservados. Foram adicionadas placas com sinalização visual do comércio.</p>					
13. IDENTIFICAÇÃO DAS INTERVENÇÕES					
<p>Legenda:  Intervenção atual</p> <p>Placa com sinalização visual do comércio</p> <p>Porta de vidro com duas folhas de giro. Grade em ferro com duas folhas de giro</p> <p>Fonte: Autora, 2018.</p>	 <p>Porta em ferro e vidro com grades. Três folhas, sendo uma folha de giro e as outras duas folhas tipo camarão</p>				
14. ANÁLISE DO GRAU DE INTERVENÇÃO					
X	Intervenção Leve		Intervenção Parcial		Intervenção Total
15. ANÁLISE DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO					
<p>A edificação apresenta bom estado de conservação, sem descaracterização arquitetônica, apenas substituições das esquadrias do primeiro pavimento. Não apresenta patologias relevantes.</p>					
16. PREENCHIMENTO DA FICHA:					
16.1. Responsável / Profissão:	16.2. Data:				
Luciane Herter / Arquiteta e Urbanista	16.10.2018				

4.1.8 Ficha de caracterização externa – Fachada Frontal: Residência Salzano

1. IDENTIFICAÇÃO					
1.1. Identificação do imóvel: Residência Salzano		1.4. Número da ficha do imóvel no Inventário: 00023			
1.2. Bairro / Município: Centro / Cachoeira do Sul		1.5. Ano do preenchimento da ficha do inventário: 1989			
1.3. Endereço: Rua Saldanha Marinho, 1071 / 1081		1.6. Ano do preenchimento da ficha de atualização: 2018			
2. CROQUI IMPLANTAÇÃO DO TERRENO					
		<p>Legenda:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Edificação da ficha 00023 ● Edificação pertencente ao Inventário do entorno imediato 			
Fonte: A autora, 2018.					
3. TIPOLOGIA		4. ÉPOCA / DATA DA CONSTRUÇÃO:		5. PAVIMENTOS: 01	
Religiosa		Sem registro		Acima da rua (nº): 01	
X	Civil	6. USO ORIGINAL		Abaixo da rua (nº):	
	Oficial	Residencial		Sótão	Sim X Não
	Militar	7. USO ATUAL		Porão	X
	Industrial	Residencial			
	Outra	8. EXISTENCIA			
		Demolida	X	Construída	
9. SITUAÇÃO DE OCUPAÇÃO		X	Ocupado		Desocupado
10. FOTOS					
Ano: 1989		Ano: 2008		Ano: 2018	
Fonte: Inventário do Patrimônio Cultural de Cachoeira do Sul, 1989.		Fonte: Arquivo Municipal. Fotógrafo Renato Thomsen, 2008.		Fonte: A Autora, 2018.	
Observação: Segundo consta na ficha do inventário de 1989 eram duas residências geminadas com acesso pelos pátios laterais.					

11. DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA / ANÁLISE CONSTRUTIVA ORIGINAL

A descrição arquitetônica foi realizada a partir da análise da ficha do Inventário do Patrimônio Cultural de Cachoeira do Sul de 1989. Edificação com uso residencial de tipologia geminada. Fachada simétrica. Situada em meio de quadra, construída sobre o alinhamento do passeio público. Em relação aos afastamentos, não possui recuo frontal, apenas recuos laterais por onde se davam os acessos à edificação.

Elementos construtivos: Fundação em sapata corrida / sócalo. Pela regularidade no sócalo, percebe-se que é rebocado imitando pedra, com uma gateira retangular alinhada com o centro da porta janela esquerda. Parede em tijolo maciço assentado e revestido com argamassa em cal e areia. Acessos laterais marcados por pilastras lisas. Fechamento do restante do lote, à esquerda e à direita da edificação, por muro com argamassa trabalhada imitando pedras.

Esquadrias: Duas janelas apresentam o peitoril com cinco balaústres que conferem simetria e ritmo à edificação. Folhas de giro com três divisões de vidros retangulares em cada folha, postigos internos em madeira almofadada e bandeira fixa com cinco vidros. Quatro Janelas duplas em madeira com bandeira fixa dividida por três vidros retangulares. Folhas de giro com três divisões de vidros retangulares em cada folha e postigos internos em madeira almofadada. Todas as esquadrias com verga reta e cercadura decorativa em relevo de argamassa. Porta de acesso recuada em ferro e vidro. Portão duplo em ferro.

Elementos decorativos: A platibanda possui dois frontões e quatro vãos, alinhados com as esquadrias. O espaço vazado das extremidades laterais à esquerda possuem três balaústres; já os vãos centrais apresentam quatro balaústres. Frisos, elementos decorativos com argamassa em relevo e três pináculos. Cercadura decorativa em relevo em massa ao redor das janelas. Parte superior do muro com balaústres.

12. DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA / ANÁLISE CONSTRUTIVA ATUAL

A edificação dialoga com outras edificações do entorno, também inventariadas. Preserva os alinhamentos e recuos. Possui tonalidade de cor clara e monocromática

Elementos construtivos: Foram preservados e restaurados.

Esquadrias: Preservadas e restauradas. Se encontram em estado regular de preservação. Deslocamento do portão de acesso lateral esquerdo.

Elementos decorativos: Os elementos decorativos e demais adornos em relevo da fachada foram preservados. Foram adicionados adornos em massa para marcação do acesso lateral, no acesso lateral direito. Pintura em estado regular.

13. IDENTIFICAÇÃO DAS INTERVENÇÕES

Legenda:

→ Intervenção atual



Fonte: Autora, 2018.

14. ANÁLISE DO GRAU DE INTERVENÇÃO

X	Intervenção Leve		Intervenção Parcial		Intervenção Total
---	------------------	--	---------------------	--	-------------------

15. ANÁLISE DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO

A edificação apresenta bom estado de conservação, sem descaracterização arquitetônica. As intervenções realizadas foram para manutenção predial. Não apresenta patologias relevantes.

16. PREENCHIMENTO DA FICHA:

16.1. Responsável / Profissão: Luciane Herter / Arquiteta e Urbanista	16.2. Data: 16.10.2018
--	---------------------------

4.1.9 Ficha de caracterização externa – Fachada Frontal: Salão as Bruxas

1. IDENTIFICAÇÃO				
1.1. Identificação do imóvel: Salão as Bruxas		1.4. Número da ficha do imóvel no Inventário: 00024		
1.2. Bairro / Município: Centro / Cachoeira do Sul		1.5. Ano do preenchimento da ficha do inventário: 1989		
1.3. Endereço: Rua Saldanha Marinho		1.6. Ano do preenchimento da ficha de atualização: 2018		
2. CROQUI IMPLANTAÇÃO DO TERRENO				
			<p>Legenda:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Edificação da ficha 00024 ● Edificação pertencente ao Inventário do entorno imediato 	
Fonte: A autora, 2018.				
3. TIPOLOGIA		4. ÉPOCA / DATA DA CONSTRUÇÃO:		5. PAVIMENTOS:
Religiosa		1918		Acima da rua (nº): 01
<input checked="" type="checkbox"/> Civil		6. USO ORIGINAL		Abaixo da rua (nº):
Oficial		Residencial		Sótão <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/>
Militar		7. USO ATUAL		Porão <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
Industrial		Demolida		
Outra		8. EXISTENCIA	<input checked="" type="checkbox"/> Demolida	Construída <input type="checkbox"/>
9. SITUAÇÃO DE OCUPAÇÃO		Ocupado <input type="checkbox"/>	Desocupado <input type="checkbox"/>	
10. FOTOS				
Ano: 1989				
Fonte: Inventário do Patrimônio Cultural de Cachoeira do Sul, 1989.				
Observação: Segundo consta na ficha do inventário de 1989, a edificação foi demolida em 2002.				

11. DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA / ANÁLISE CONSTRUTIVA ORIGINAL		
12. DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA / ANÁLISE CONSTRUTIVA ATUAL		
13. IDENTIFICAÇÃO DAS INTERVENÇÕES		
14. ANÁLISE DO GRAU DE INTERVENÇÃO		
Intervenção Leve	Intervenção Parcial	Intervenção Total
15. ANÁLISE DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO		
16. PREENCHIMENTO DA FICHA:		
16.1. Responsável / Profissão:		16.2. Data:
Luciane Herter / Arquiteta e Urbanista		16.10.2018

4.1.10 Ficha de caracterização externa – Fachada Frontal: Edificação 1179 / 1187

1. IDENTIFICAÇÃO						
1.1. Identificação do imóvel: Residência ao lado das Bruxas			1.4. Número da ficha do imóvel no Inventário: 00025			
1.2. Bairro / Município: Centro / Cachoeira do Sul			1.5. Ano do preenchimento da ficha do inventário: 1989			
1.3. Endereço: Rua Saldanha Marinho, 1179 / 1187			1.6. Ano do preenchimento da ficha de atualização: 2018			
2. CROQUI IMPLANTAÇÃO DO TERRENO						
<p>Fonte: A autora, 2018.</p> <p>Legenda:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Edificação da ficha 00025 ● Edificação pertencente ao Inventário no entorno imediato 						
3. TIPOLOGIA		4. ÉPOCA / DATA DA CONSTRUÇÃO:			5. PAVIMENTOS: 01	
Religiosa		Sem registro			Acima da rua (nº): 01	
<input checked="" type="checkbox"/> Civil		6. USO ORIGINAL			Abaixo da rua (nº):	
Oficial		Residencial			Sótão	Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>
Militar		7. USO ATUAL			Porão	<input type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/>
Industrial		Comercial				
Outra		8. EXISTENCIA		Demolida	X	Construída
9. SITUAÇÃO DE OCUPAÇÃO		X	Ocupado		Desocupado	
10. FOTOS						
Ano: 1989		Ano: 2008		Ano: 2018		
Fonte: Inventário do Patrimônio Cultural de Cachoeira do Sul, 1989.		Fonte: Arquivo Municipal. Fotógrafo Renato Thomsen, 2008.		Fonte: A autora, 2018.		
Observação: Segundo consta na ficha do inventário de 1989 eram duas residências geminadas com acessos pelas laterais. Apresentava platibanda na frente e beirais nas laterais.						

11. DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA/ ANÁLISE CONSTRUTIVA ORIGINAL

A descrição arquitetônica foi realizada a partir da análise da ficha do Inventário do Patrimônio Cultural de Cachoeira do Sul de 1989. Edificação com uso residencial de tipologia geminada. Fachada simétrica. Situada em meio de quadra, construída sobre o alinhamento do passeio público. Em relação aos afastamentos, não possui recuo frontal, apenas recuos laterais por onde se davam os acessos à edificação.

Elementos construtivos: Fundação em sapata corrida/ sócalo. Pela regularidade no sócalo, percebe-se que é rebocado imitando pedra, com quatro gateiras centralizadas com o eixo das esquadrias. Parede em tijolo maciço assentado e revestido com argamassa em cal e areia. Acessos laterais marcados por pilastras lisas com ornato de massa na parte superior.

Esquadrias: Quatro portas com balcões que conferem simetria e ritmo à edificação. Esquadrias com verga reta. Portas/janelas duplas em madeira, terço inferior em madeira almofadada, terço superior com seis vidros retangulares e postigos internos em madeira almofadada, bandeira fixa com três vidros, sendo o central estreito/retangular e os das laterais são quadrados. Balcões com guarda-corpo de ferro.

Elementos decorativos: A platibanda possui quatro vãos, alinhados com as esquadrias, o espaço vazado possui cinco pilastras. Moldura em massa ao redor da porta/janela e elementos decorativos de retângulo com losango em relevo na parte superior das vergas. Cunhal em argamassa no lado esquerdo.

12. DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA / ANÁLISE CONSTRUTIVA ATUAL

Edificação remanescente dialoga com outras do entorno também inventariadas. Encontra-se bastante descaracterizada, com alteração dos vãos de esquadrias e substituição de elementos originais. A edificação teve alteração de uso; atualmente destina-se ao uso comercial.

Elementos construtivos: Devido à diferença de 0,90 metros entre os níveis interno e externo da edificação foi construída, junto à porta do lado esquerdo, escadaria com cinco degraus. O lado direito apresenta apenas um degrau para acesso à parte interna. Acessos laterais preservam a marcação por pilastras lisas, porém, apenas a lateral direita preserva o adorno superior em massa.

Esquadrias: As quatro portas dos balcões com guarda-corpo em ferro não existem mais. Deram lugar a duas portas largas com acesso direto ao passeio público. As esquadrias originais em madeira foram substituídas por modelos de portas em ferro e vidro. Para segurança, foram instaladas cortinas de ferro pantográficas que se recolhem para as laterais.

Elementos decorativos: A edificação foi pintada com diferentes cores, o que proporcionou a perda de unidade da edificação. Inserção de duas placas com identidade visual das empresas que ocupam a edificação. No lado direito, a placa está fixada paralelamente à edificação, e, no lado esquerdo, a placa está fixada perpendicularmente à edificação. Formas geométricas em relevo, cimalha e frisos em argamassa foram preservados.

13. IDENTIFICAÇÃO DAS INTERVENÇÕES

Legenda:
 Intervenção atual



Abertura de vãos para portas

Placas de identificação visual do comércio

Escadaria

Esquadrias e grades pantográficas em ferro

Fonte: Autora, 2018.

14. ANÁLISE DO GRAU DE INTERVENÇÃO

Intervenção Leve	X	Intervenção Parcial	Intervenção Total
------------------	---	---------------------	-------------------





15. ANÁLISE DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO

As principais intervenções realizadas na fachada estão relacionadas à troca de uso da edificação – de residencial para comercial. A edificação encontra-se em bom estado de conservação. Apresenta-se descaracterizada arquitetonicamente da edificação original, apesar da preservação dos elementos arquitetônicos e ornamentais da platibanda.

16. PREENCHIMENTO DA FICHA:

16.1. Responsável / Profissão: Luciane Herter / Arquiteta e Urbanista	16.2. Data: 16.10.2018
--	---------------------------

4.1.11 Ficha de caracterização externa – Fachada Frontal: Edificação 1206

1. IDENTIFICAÇÃO			
1.1. Identificação do imóvel: Edificação 1206		1.4. Número da ficha do imóvel no Inventário: 00026	
1.2. Bairro / Município: Centro / Cachoeira do Sul		1.5. Ano do preenchimento da ficha do inventário: 1989	
1.3. Endereço: Rua Saldanha Marinho, 1206		1.6. Ano do preenchimento da ficha de atualização: 2018	
2. CROQUI IMPLANTAÇÃO DO TERRENO			
		<p>Legenda:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Edificação da ficha 00026 ● Edificação pertencente ao Inventário no entorno imediato 	
Fonte: A autora, 2018.			
3. TIPOLOGIA	4. ÉPOCA / DATA DA CONSTRUÇÃO:	5. PAVIMENTOS: 02	
Religiosa	1920	Acima da rua (nº): 02	
X Civil	6. USO ORIGINAL	Abaixo da rua (nº):	
Oficial	Misto (Residencial e comercial)	Sótão	Sim X Não
Militar	7. USO ATUAL	Porão	X
Industrial	Comercial		
Outra	8. EXISTENCIA	Demolida	X Construída
9. SITUAÇÃO DE OCUPAÇÃO		X Ocupado	Desocupado
10. FOTOS			
Ano: 1989	Ano: 2008	Ano: 2018	
			
Fonte: Inventário do Patrimônio Cultural de Cachoeira do Sul, 1989.	Fonte: Arquivo Municipal. Fotógrafo Renato Thomsen, 2008.	Fonte: A autora, 2018.	
Observação: Segundo consta na ficha do inventário de 1989, duas portas do pavimento térreo foram substituídas.			

11. DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA / ANÁLISE CONSTRUTIVA ORIGINAL

A descrição arquitetônica foi realizada a partir da análise da ficha do Inventário do Patrimônio Cultural de Cachoeira do Sul de 1989. Edificação com dois pavimentos e fachada assimétrica. Desmembrada em duas partes – comercial no pavimento térreo e residencial no pavimento superior. Situada em esquina, construída sobre o alinhamento do passeio público. Em relação aos afastamentos, não possui recuo frontal e lateral.

Elementos construtivos: Paredes em tijolo maciço assentado e revestido com argamassa em cal e areia. Telhado oculto por platibanda.

Esquadrias: Os acessos à edificação ocorriam por três portas em madeira localizadas nas três faces da fachada de esquina. Esquadrias do pavimento térreo com bandeiras com verga em arco pleno, tudo em madeira e vidro. Esquadrias do segundo pavimento com verga reta, janelas em madeira e vidro com duas folhas de giro e postigo almofadado interno. Bandeira superior fixa em madeira.

Elementos decorativos: Marcação de frontão com ornamentos data de construção e frisos em alto relevo incorporado à platibanda. As pilastras foram destacadas por diferença de cor em relação ao restante da edificação. Cunhais em argamassa. Elementos em relevo na argamassa na parte superior dos pilares e cunhais. Frisos em alto relevo na argamassa na transição entre o primeiro e segundo pavimentos. Balcão com guarda-corpo em ferro. Mísulas em argamassa abaixo do balcão e dos frisos abaixo da platibanda.

12. DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA / ANÁLISE CONSTRUTIVA ATUAL

Edificação remanescente que dialoga com outras do entorno pertencentes ao Inventário de 1989.

A edificação foi desmembrada em três diferentes estabelecimentos comerciais. Destaca-se que a edificação se encontra em melhor estado de conservação do que em 1989.

Elementos construtivos: Foram preservados e restaurados. Parte inferior das paredes recebeu placas de granito preto São Gabriel. Peitoris em alvenaria de tijolos com argamassa de cimento foram erguidos em duas portas, transformando os vãos em janelas.

Esquadrias: Foram substituídas por novos modelos. Preservou-se a mesma tipologia e a materialidade de madeira e vidro, não conferindo mudanças na fachada. No pavimento térreo, duas portas foram transformadas em janelas, preservando largura de vão e verga em arco. Foi construído peitoril em alvenaria de tijolos e reboco em argamassa. Balcão em ferro do segundo pavimento foi restaurado e preserva as características originais.

Elementos decorativos: Foram adicionadas placas de sinalização visual do comércio local, unidades externas de aparelhos de condicionadores de ar e toldos com estrutura metálica e fechamento em lona. Os cunhais foram preservados e destacados por diferenciação na tonalidade de cor da pintura. Foram coladas placas em granito preto São Gabriel do piso até a altura de 1,70m nas paredes da fachada do pavimento térreo. A pintura encontra-se em bom estado de conservação.

13. IDENTIFICAÇÃO DAS INTERVENÇÕES

Legenda:

→ Intervenção atual
→ Intervenção atual

Unidade externa de condicionador de ar

Peitoril

Placas de granito



Placas de identidade visual dos estabelecimentos comerciais

Toldos

Peitoril

14. ANÁLISE DO GRAU DE INTERVENÇÃO

Intervenção Leve	X	Intervenção Parcial	Intervenção Total
------------------	---	---------------------	-------------------



15. ANÁLISE DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO

As principais intervenções realizadas na edificação foram para restauro e manutenção predial. Apesar das inserções relacionadas às placas publicitárias e unidades externas de condicionador de ar em virtude dos estabelecimentos comerciais que ocupam a edificação, o estado de conservação atual é melhor do que o registrado em 1989. Apresenta-se com preservação das características arquitetônicas originais.

16. PREENCHIMENTO DA FICHA:

16.1. Responsável / Profissão: Luciane Herter / Arquiteta e Urbanista	16.2. Data: 16.10.2018
--	---------------------------

4.1.12 Ficha de caracterização externa – Fachada Frontal: Edificação sem número/ ficha 00027

1. IDENTIFICAÇÃO					
1.1. Identificação do imóvel: Edificação s/n		1.4. Número da ficha do imóvel no Inventário: 00027			
1.2. Bairro / Município: Centro / Cachoeira do Sul		1.5. Ano do preenchimento da ficha do inventário: 1989			
1.3. Endereço: Rua Saldanha Marinho, s/n		1.6. Ano do preenchimento da ficha de atualização: 2018			
2. CROQUI IMPLANTAÇÃO DO TERRENO					
		<p>Legenda:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Edificação da ficha 00027 ● Edificação pertencente ao Inventário no entorno imediato 			
Fonte: A autora, 2018.					
3. TIPOLOGIA		4. ÉPOCA / DATA DA CONSTRUÇÃO:		5. PAVIMENTOS: 02	
Religiosa		Sem registro		Acima da rua (nº): 01	
X Civil		6. USO ORIGINAL		Abaixo da rua (nº):	
Oficial		Desconhecido		Sótão	
Militar		7. USO ATUAL		Sim	X Não
Industrial		Demolida		Porão	X
Outra		8. EXISTENCIA			
		X Demolida	Construída		
9. SITUAÇÃO DE OCUPAÇÃO		Ocupado	Desocupado		
10. FOTOS					
Ano: 1989					
					
Fonte: Inventário do Patrimônio Cultural de Cachoeira do Sul, 1989.					

Observação: Demolida nos anos 1990, segundo moradores da região.		
11. DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA / ANÁLISE CONSTRUTIVA ORIGINAL		
12. DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA / ANÁLISE CONSTRUTIVA ATUAL		
13. IDENTIFICAÇÃO DAS INTERVENÇÕES		
14. ANÁLISE DO GRAU DE INTERVENÇÃO		
Intervenção Leve	Intervenção Parcial	Intervenção Total
15. ANÁLISE DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO		
16. PREENCHIMENTO DA FICHA:		
16.1. Responsável / Profissão:		16.2. Data:
Luciane Herter / Arquiteta e Urbanista		16.10.2018

4.1.13 Ficha de caracterização externa – Fachada Frontal: Correios e Telégrafos

1. IDENTIFICAÇÃO				
1.1. Identificação do imóvel: Correios e telégrafos		1.4. Número da ficha do imóvel no Inventário: 00028		
1.2. Bairro / Município: Centro / Cachoeira do Sul		1.5. Ano do preenchimento da ficha do inventário: 1989		
1.3. Endereço: Rua Saldanha Marinho, 1316		1.6. Ano do preenchimento da ficha de atualização: 2018		
2. CROQUI IMPLANTAÇÃO DO TERRENO				
				<p>Legenda:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Edificação da ficha 00028 ● Edificação pertencente ao Inventário no entorno imediato
Fonte: A autora, 2018.				
3. TIPOLOGIA		4. ÉPOCA / DATA DA CONSTRUÇÃO:		5. PAVIMENTOS: 02
Religiosa		Sem registro		Acima da rua (nº): 02
Civil		6. USO ORIGINAL		Abaixo da rua (nº):
<input checked="" type="checkbox"/> Oficial		Comercial		Sótão <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Militar		7. USO ATUAL		Porão <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
Industrial		Comercial		
Outra		8. EXISTENCIA		
		Demolida	<input checked="" type="checkbox"/>	Construída
9. SITUAÇÃO DE OCUPAÇÃO		<input checked="" type="checkbox"/>	Ocupado	Desocupado
10. FOTOS				
Ano: 1989	Ano: 2008		Ano: 2018	
Fonte: Inventário do Patrimônio Cultural de Cachoeira do Sul, 1989.	Fonte: Arquivo Municipal. Fotógrafo Renato Thomsen, 2008.		Fonte: A autora, 2018.	
Observação: Segundo consta na ficha do inventário de 1989, acesso lateral pavimentado e coberto, passeio sob pilotis. Manifestação modernista. Não é possível verificar o telhado.				

11. DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA / ANÁLISE CONSTRUTIVA ORIGINAL

A descrição arquitetônica foi realizada a partir da análise da ficha do Inventário do Patrimônio Cultural de Cachoeira do Sul de 1989. Edificação modernista com dois pavimentos e fachada assimétrica. Situada em meio de quadra, construída com recuos frontal e laterais. Uso dos Correios e Telégrafos.

Elementos construtivos: Pavimento térreo com pilotis, cinco pilares cilíndricos que conferem ritmo à fachada. Paredes em tijolo maciço assentado e revestido com argamassa em cimento e areia, pilares em concreto. Acesso principal de clientes ocorre pelo pavimento térreo por lance de escada com quatro degraus. Telhado oculto por platibanda com cimalha.

Esquadrias: O acesso principal de clientes à edificação ocorre por porta em ferro e vidro, com gradil em ferro. Todas as vergas são retas. No primeiro pavimento, à esquerda da porta principal, estão seis janelas em madeira com gradil em ferro. Bandeira com divisão central, fechamento em vidro; logo abaixo estão duas folhas de giro, com oito vidros retangulares. Esquadrias do segundo pavimento com verga reta, quatro vãos subdivididos em três módulos de guilhotina em madeira e vidro, com bandeira *venezianada*. As janelas do segundo pavimento estão centralizadas no módulo demarcado pelos pilares.

Elementos decorativos: A edificação apresenta características modernistas com linhas retas, marcação de pilares, frisos na argamassa da cimalha da platibanda.

12. DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA / ANÁLISE CONSTRUTIVA ATUAL

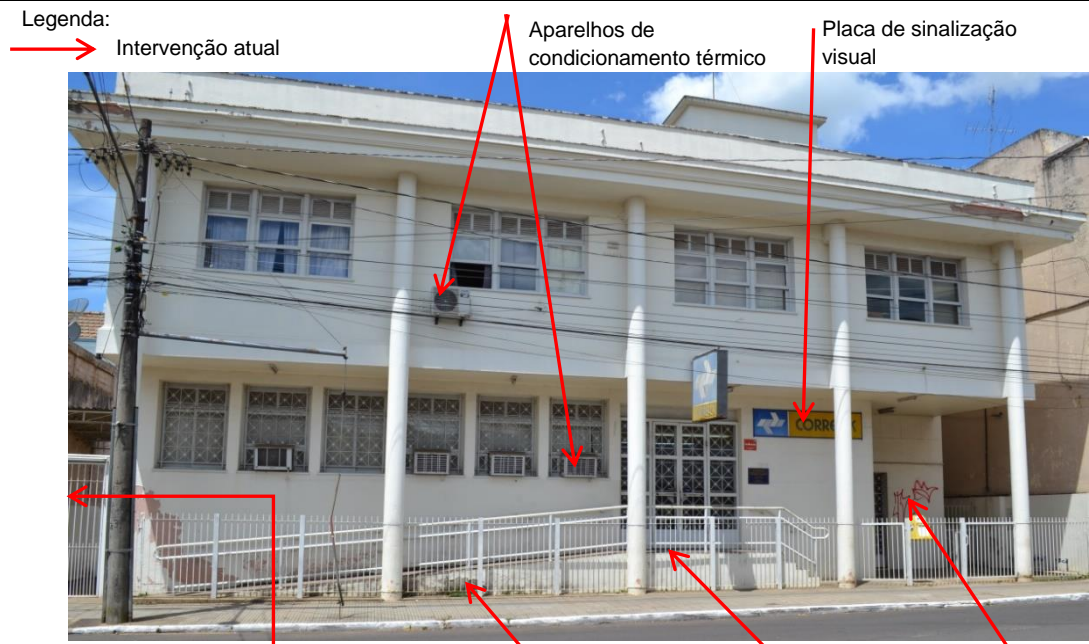
A edificação preserva os alinhamentos e recuos. Possui tonalidade de cor clara e monocromática.

Elementos construtivos: Foram preservados e restaurados. Foi inserida ao longo da fachada principal rampa de acessibilidade ao ambiente interno.

Esquadrias: As esquadrias foram preservadas e restauradas e se encontram em estado regular de preservação. Quatro esquadrias do primeiro pavimento foram alteradas para receber aparelhos condicionadores de ar de janela. Portão em ferro com acionamento automático para fechamento do recuo lateral esquerdo.

Elementos decorativos: Os elementos decorativos e característicos do modernismo foram preservados. Pintura em estado ruim; apresenta tinta desgastada, descascada e pichações. Fechamento frontal do lote com grade em ferro. A rampa é provida de corrimão em ferro e fechamento do lote com gradil em ferro.

13. IDENTIFICAÇÃO DAS INTERVENÇÕES



14. ANÁLISE DO GRAU DE INTERVENÇÃO

X	Intervenção Leve		Intervenção Parcial		Intervenção Total
---	------------------	--	---------------------	--	-------------------

15. ANÁLISE DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO

As principais intervenções realizadas na edificação foram para restauro e manutenção predial. Apesar das alterações relacionadas à acessibilidade, segurança e conforto térmico, a edificação mantém as características arquitetônicas originais. O estado de conservação é precário, apresenta pichações, tinta desgastada e descascada, assim como rachaduras e infiltrações na base da rampa.


16. PREENCHIMENTO DA FICHA:

16.1. Responsável / Profissão:	16.2. Data:
--------------------------------	-------------

Luciane Herter / Arquiteta e Urbanista	16.10.2018
--	------------

4.1.14 Ficha de caracterização externa – Fachada Frontal: Sapataria Grande Gala e outros

1. IDENTIFICAÇÃO					
1.1. Identificação do imóvel: Sapataria Grande Gala e outros			1.4. Número da ficha do imóvel no Inventário: 00029		
1.2. Bairro / Município: Centro / Cachoeira do Sul			1.5. Ano do preenchimento da ficha do inventário: 1989		
1.3. Endereço: Rua Saldanha Marinho, 1392 / 1398			1.6. Ano do preenchimento da ficha de atualização: 2018		
2. CROQUI IMPLANTAÇÃO DO TERRENO					
			<p>Legenda:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Edificação da ficha 00029 ● Edificação pertencente ao Inventário no entorno imediato 		
Fonte: A Autora, 2018.					
3. TIPOLOGIA		4. ÉPOCA / DATA DA CONSTRUÇÃO:		5. PAVIMENTOS: 02	
Religiosa		1918		Acima da rua (nº): 02	
X	Civil	6. USO ORIGINAL		Abaixo da rua (nº):	
	Oficial	Comercial		Sótão	x Sim Não
	Militar	7. USO ATUAL		Porão	X
	Industrial	Misto (comercial e Residencial)			
	Outra	8. EXISTENCIA	Demolida	X	Construída
9. SITUAÇÃO DE OCUPAÇÃO		X	Ocupado		Desocupado
10. FOTOS					
Ano: 1989		Ano: 2008		Ano: 2018	
Fonte: Inventário do Patrimônio Cultural de Cachoeira do Sul, 1989.		Fonte: Arquivo Municipal. Fotografia Renato Thomsen, 2008.		Fonte: A autora, 2018.	
Observação: Segundo consta na ficha do inventário de 1989, laterais com alterações, embora não exista tratamento dessas fachadas. O prédio foi construído com a finalidade de depósito de arroz, porém não foi utilizado para esse fim. Pertenceu a Arlindo Leal.					

11. DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA / ANÁLISE CONSTRUTIVA ORIGINAL			
<p>Edificação com uso comercial construída para servir de depósito de arroz. Fachada simétrica. Situada em meio de quadra, construída sobre o alinhamento do passeio público. Em relação aos afastamentos, não possui recuo frontal e lateral direito, apenas recuo lateral esquerdo, por onde ocorria o acesso ao fundo da edificação.</p> <p>Elementos construtivos: Fundação em sapata corrida / sócalo. Parede em tijolo maciço assentado e revestido com argamassa em cal e areia.</p> <p>Esquadrias: Pavimento inferior com porta central mais larga que as demais portas laterais. As esquadrias do segundo pavimento seguem a mesma modulação das esquadrias do pavimento inferior. Esquadrias em ferro do tipo basculante com seis vidros retangulares vertical, em quatro vãos. A esquadria central do segundo pavimento é retangular e também segue a largura da porta do pavimento inferior. Constituída em ferro e sistema de abertura por basculante com divisórias verticais. As vergas das esquadrias do primeiro e segundo pavimentos são retas. Janela do sótão constituída em ferro e vidros quadrados fixos, abaixo, basculante com vidros retangulares na horizontal. Verga em arco.</p> <p>Elementos decorativos: Telhado escondido por platibanda escalonada. Segundo nível da platibanda com pináculos em argamassa nas extremidades. Frontão central com arco abatido incorporado à platibanda. O frontão é composto por elemento decorativo em relevo ao centro, pináculo e friso em relevo na parte superior. Janela do sótão com cercadura e frisos em relevo. Abaixo da janela do sótão, presença de cimalha com frisos em relevo que marcam a base da platibanda. Elemento decorativo e cercadura reta com frisos em relevo, acima da verga da janela central do segundo pavimento. As vergas das demais esquadrias do segundo pavimento apresentam cercadura e detalhes decorativos em argamassa em relevo.</p>			
12. DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA/ ANÁLISE CONSTRUTIVA ATUAL			
<p>A edificação passou por desdobramentos de uso. A parte da frente do primeiro pavimento se destina ao uso comercial. Os fundos e o segundo pavimento se destinam ao uso residencial, compartimentados em várias unidades habitacionais com acesso pela lateral esquerda.</p> <p>Elementos construtivos: Foram preservados e restaurados. Porém foram adicionados alguns elementos à fachada. No primeiro pavimento foram instalados três toldos em lona com estrutura em ferro. Cada toldo protege a porta de acesso do respectivo estabelecimento comercial a que pertence, proporcionando falta de unidade à fachada.</p> <p>Esquadrias: Os vãos das esquadrias do primeiro pavimento foram preservados. Porém, as esquadrias foram substituídas por modelos constituídos de diferentes materiais e tipologias, sem padronização. Vão central com fechamento por cortina de ferro. Portão em ferro na cor branca faz o fechamento do acesso lateral esquerdo. Acima do portão, encontra-se telhado com telha metálica. As esquadrias do segundo pavimento, exceto a janela central, foram substituídas por modelos em madeira e vidro com duas folhas de correr e veneziana em madeira. Foram preservadas a janela do sótão e a janela central do segundo pavimento.</p> <p>Elementos decorativos: Foram adicionadas placas de sinalização visual do comércio local e toldos com estrutura em ferro e fechamento em lona. Os elementos decorativos em argamassa em relevo, cimalha, pináculos e frisos foram preservados. Aplicação de diferentes cores.</p>			
13. IDENTIFICAÇÃO DAS INTERVENÇÕES			
<p>Legenda:</p> <p>→ Intervenção atual</p> <p>Veneziana em madeira</p> <p>Sinalização visual do comércio</p> <p>Cobertura do acesso lateral em telha metálica</p> <p>Fonte: Autora, 2018</p>	 <p>Unidade externa de condicionadores de ar</p> <p>Porta de diferentes tipologias e materiais</p> <p>Toldos</p>		
14. ANÁLISE DO GRAU DE INTERVENÇÃO			
Intervenção Leve	X	Intervenção Parcial	Intervenção Total
15. ANÁLISE DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
<p>A edificação apresenta as características arquitetônicas originais. No entanto, percebe-se que o estado de conservação é precário, apresenta tinta desgastada, falta de uniformidade nas cores, esquadrias danificadas. No segundo pavimento aparecem patologias na alvenaria.</p>			
16. PREENCHIMENTO DA FICHA:			
16.1. Responsável / Profissão:		16.2. Data:	
Luciane Herter / Arquiteta e Urbanista		16.10.2018	

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após o término do levantamento e análise dos dados, foi possível identificar aspectos relevantes das alterações nas fachadas frontais do patrimônio edificado em questão, assim como avaliar as edificações e as características arquitetônicas preservadas, mesmo com o passar do tempo. Embora o número de edifícios investigados não proporcione um entendimento detalhado, permite-nos reflexões e interpretações relevantes. Permitiu-se uma leitura mais detalhada da evolução do bem arquitetônico, suas transformações, deformações, subtrações e adições, que facilitam o entendimento da história da edificação, de forma a facilitar futuras intervenções e aplicação de novos usos, integrando o passado ao presente.

Esta dissertação de mestrado proporciona, como produto, uma ficha padrão para comparação e análise das fachadas frontais das edificações pertencentes ao Inventário de Patrimônio Cultural de Cachoeira do Sul. A proposta da ficha é vincular os dados coletados e pesquisados em determinado período de tempo para acompanhamento e atualização do Inventário. Ressalta-se que este trabalho pretende estimular a padronização avaliativa, analítica e comparativa de novas pesquisas, para a demonstração dos dados das edificações e levantar o questionamento futuro, a partir da análise, se o referido bem valida a permanência no inventário. Não foi tarefa desta dissertação o posicionamento eletivo de permanência ou não do bem no inventário e, sim, a atualização da situação presente. A investigação e a sua relevância, enquanto patrimônio cultural, permitem que o acima referido seja sugerido como medida estratégica para a preservação desses exemplares.

Dentro do recorte urbano da Rua Saldanha Marinho, delimitado transversalmente pelas Ruas Aníbal Loureiro e Tiradentes, constavam 14 edificações inventariadas em 1989. No tempo decorrido do inventário de 1989 até o ano de 2018 foram demolidas três edificações, restando apenas 11 exemplares. Dentro desse percentual de edificações remanescentes, as análises comparativas foram realizadas.

O Quadro 1 apresenta as edificações pertencentes ao Inventário do Patrimônio Cultural inseridas no recorte urbano, com o respectivo número da edificação, conforme a ficha do Inventário, endereço, ano de construção, existente ou demolida.

Quadro 1 – Edificações pertencentes ao recorte urbano objeto da pesquisa

Nº ficha	Edificação	Endereço	Datação	Existente	Demolida
05	Pórtico do Cemitério das Irmandades	Rua Saldanha Marinho		●	
06	1º prédio do Hospital de Caridade	Rua Saldanha Marinho	1908	●	
07	Capela Santa Catarina	Rua Saldanha Marinho	1919	●	
08	1º hidráulica	Rua Saldanha Marinho	1921	●	
20	Estofaria Machado	Rua Saldanha Marinho			●
21	Edificação 789	Rua Saldanha Marinho, 789		●	
22	Edificação 946	Rua Saldanha Marinho, 946		●	
23	Residência Salzano	Rua Saldanha Marinho, 1071		●	
24	Salão as Bruxas	Rua Saldanha Marinho	1918		●
25	Residência ao lado das bruxas	Rua Saldanha Marinho, 1179/1187		●	
26	Edificação 1206	Rua Saldanha Marinho, esquina Rua Major Ouriques	1920	●	
27	Edificação s/n	Rua Saldanha Marinho			●
28	Correios e Telégrafos	Rua Saldanha Marinho, 1316		●	
29	Sapataria Grande Gala e outros	Rua Saldanha Marinho, 1398	1918	●	

Fonte: A autora, 2018.

A figura 9 ilustra a planta de situação da área de abrangência da pesquisa, a qual contempla a Rua Saldanha Marinho, delimitada ao Norte pela Rua Aníbal Loureiro e, ao Sul, pela Rua Tiradentes. As 14 edificações estão locadas, 11 construídas, destacadas em azul, e 3 demolidas, destacadas em vermelho. Por meio desta planta podemos observar que a maioria das edificações existentes encontram-se próximas, no mesmo contexto urbano.

Figura 9 – Planta de situação da área de abrangência e locação das 14 edificações



Fonte: A autora, 2018.

Legenda:

● Existente ● Demolida

Contudo, pode-se afirmar que 21% das edificações foram demolidas e que a maioria, 79%, encontra-se edificada. Observa-se o gráfico 1, que ilustra o percentual de edificações existentes e demolidas.

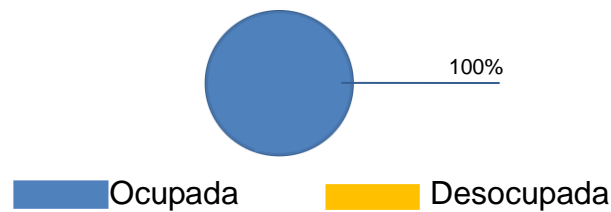
Gráfico 1 – Existência da edificação



Fonte: A autora.

Em relação à situação de ocupação das edificações existentes, observa-se no gráfico 2 que todas se encontram ocupadas.

Gráfico 2 – Situação de ocupação

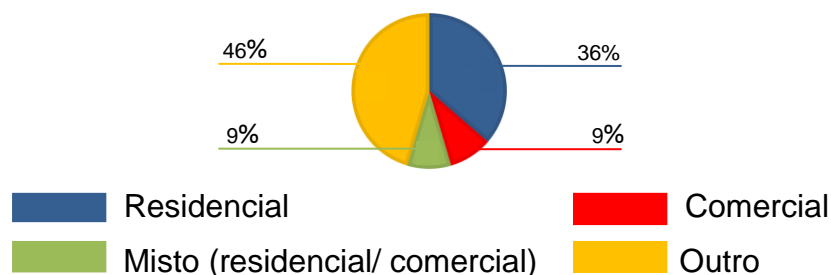


Fonte: A autora.

A Rua Saldanha Marinho abrange parte da região comercial. Foi possível constatar que essa característica influenciou no comparativo de alteração na troca de uso das edificações. Os gráficos 3, 4 e 5, a seguir, tratam do uso das 11 edificações remanescentes, pertencentes ao objeto de trabalho. Sobre o uso, considera se o uso foi **preservado** em relação ao uso descrito na ficha do Inventário do Patrimônio Cultural ou **alterado** em relação ao uso descrito na ficha do Inventário do Patrimônio Cultural.

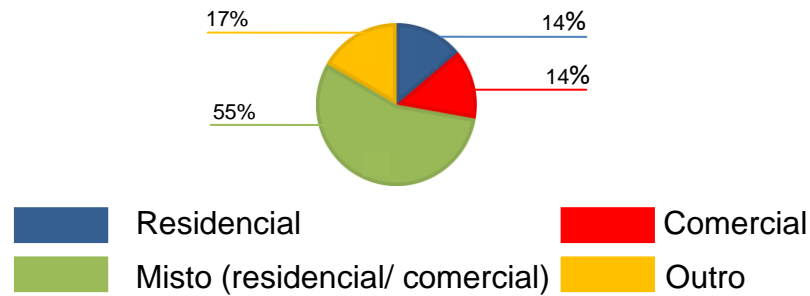
Foi possível observar que, em 1989, a maioria das edificações era de uso residencial. Em 2018, passaram a ter uso misto, agregando ao uso residencial o uso comercial. Essa análise comparativa permite prever que as edificações sofrem interferências em relação ao entorno urbano da região em que se inserem. O gráfico 3 corresponde ao uso das edificações em 1989; o gráfico 4 retrata o uso das edificações em 2018; o gráfico 5 pondera as edificações que mudaram o uso no período de 1989 a 2018.

Gráfico 3 – Uso da edificação em 1989



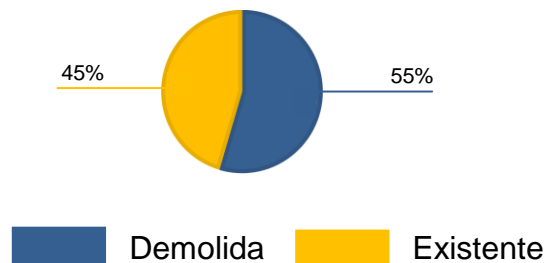
Fonte: A autora.

Gráfico 4 – Uso da edificação em 2018



Fonte: A autora.

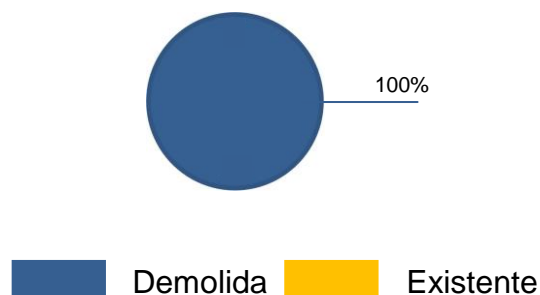
Gráfico 5 – Edificações com uso alterado no período de 1989 a 2018



Fonte: A autora.

Em relação aos elementos construtivos como, fundação, pilar, viga, verga, parede de vedação, telhado, peitoril, escadaria, rampa das edificações existentes, verificou-se que todos foram preservados. O gráfico 6 ilustra a situação:

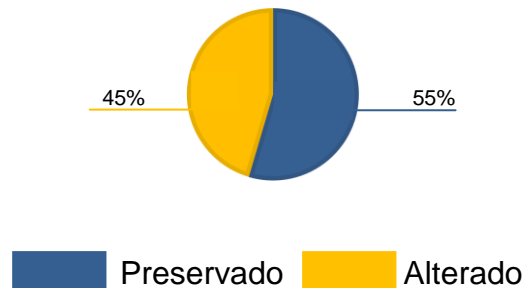
Gráfico 6 – Alteração da fachada frontal em relação aos elementos construtivos



Fonte: A autora.

Sobre a alteração das fachadas das edificações existentes em relação às esquadrias, incluindo-se neste aspecto a materialidade e vãos, observa-se, pelo gráfico 7, que 55% das edificações preservam a originalidade.

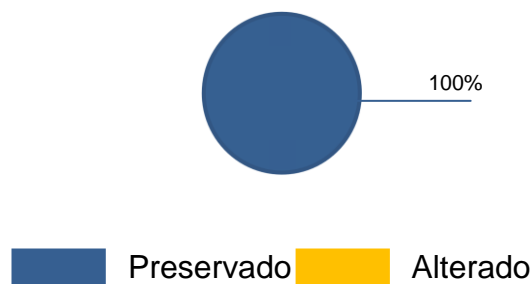
Gráfico 7 – Alteração da fachada frontal em relação às esquadrias (materialidade e vãos)



Fonte: A autora.

A análise da alteração das fachadas das edificações existentes em relação à preservação ou alteração dos elementos decorativos demonstra, pelo gráfico 8, que todas as edificações preservam esta característica.

Gráfico 8 – Alteração da fachada frontal em relação aos elementos decorativos



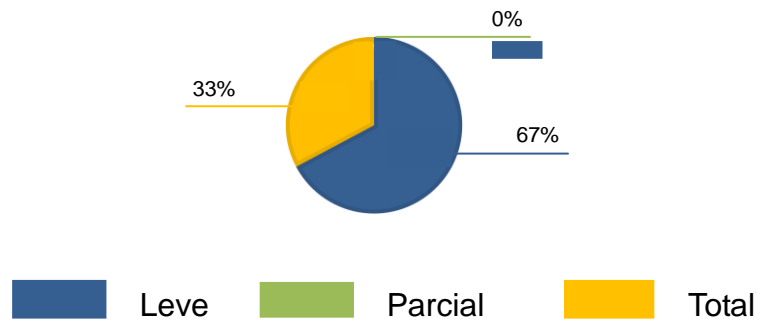
Fonte: A autora.

Sobre o grau de intervenção ocorrida na fachada frontal das edificações remanescentes, foi realizada a seguinte distinção:

- **Leve** considera a fachada da edificação com mínimas intervenções, em que se predomina a quantidade de elementos construtivos e arquitetônicos preservados. Intervenções realizadas e necessárias para a manutenção predial da obra.
- **Parcial** considera as intervenções que subtraíram parte de elementos construtivos, decorativos ou ornamentais da fachada e preservaram outra parte. O que, no contexto geral da fachada, ela remete à edificação original, pois não a descaracterizou totalmente.
- **Total** considera a edificação totalmente descaracterizada.

O gráfico 9 ilustra que a maioria das edificações, 67%, teve intervenção leve, 33% tiveram intervenção parcial e nenhuma obteve grau de intervenção total, ou seja, totalmente descaracterizada.

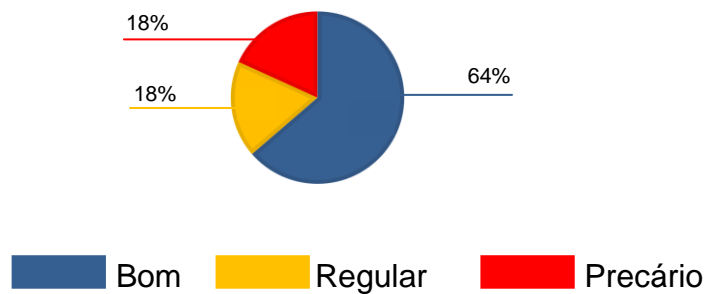
Gráfico 9 – Grau de intervenção na fachada



Fonte: A autora.

E, por fim, pondera-se, por meio do gráfico 10, o estado de conservação das fachadas frontais das edificações existentes. Conclui-se que 64% das edificações encontram-se em bom estado de conservação, ao contraponto de 18%, que se encontram em estado regular ou precário.

Gráfico 10 – Estado de conservação da fachada frontal



Fonte: A autora.

6 CONCLUSÃO

Reconstruir a trajetória da cidade, percebendo suas permanências e transformações, é uma forma de se construir a memória juntamente com os cidadãos. Embora com a crescente preocupação com o patrimônio cultural, sabe-se que o tema é complexo. Algumas reflexões, no decorrer da pesquisa, foram realizadas quanto às concepções de patrimônio cultural, seus marcos teóricos e de como se alteraram com as mudanças ocorridas na história, sendo possível inferir que, na medida em que o processo histórico avança, esses conceitos se ampliam e ganham novas perspectivas, a fim de responder às necessidades da sociedade. No caso do patrimônio edificado, verificou-se como as normas internacionais foram ampliadas, considerando o patrimônio cultural como um todo dentro da diversidade cultural dos povos e como um direito da humanidade.

As lembranças evocadas estabelecem um elo da história, e pode-se afirmar que esses bens consolidam relações de identidade e pertencimento importantes para a comunidade. Esses espaços, nas suas relações urbanísticas e arquitetônicas, estabelecem para a comunidade importantes vínculos entre espaço e cidadania. Por meio do conhecimento desses bens edificados é possível ler a história da cidade. A legislação sobre patrimônio cultural, como medida isolada, não constitui garantia de legitimação na preservação do patrimônio, sendo necessário pensar em instrumentos integrados que zelem pela preservação. É desafiador conciliar a preservação com o desenvolvimento da construção civil e expansão urbanística, conscientes, sobretudo, da dimensão socioeconômica assumida na atualidade.

É importante considerar a valorização do patrimônio como uma das formas de se afirmar uma identidade, sendo que a materialidade atingida por esse patrimônio representa os vestígios do passado e constitui a memória de cada indivíduo ou do coletivo. Parte-se do princípio de que a valorização do patrimônio depende, principalmente, de seu conhecimento, e, sua preservação, do valor atribuído à história; para valorar e preservar esse patrimônio é necessário fazer um trabalho efetivo sobre a questão patrimonial, que seja instrumento de motivação individual e coletiva para a prática da cidadania. Isso porque o fortalecimento do sentimento de identidade é dado pelo conhecimento do patrimônio e pela apropriação consciente da comunidade.

De forma geral, esse trabalho buscou um diálogo entre aspectos técnicos e históricos, com o sentido de identidade presente na comunidade. Propôs despertar para a importância do patrimônio cultural e valorizar o Inventário do Patrimônio Cultural de Cachoeira do Sul, realizado em 1989, almejando a que a população entenda que a evolução do tempo é inevitável e que a preservação patrimonial é possível. Sirva de alerta quanto à necessidade de registro e de subsídio para as decisões do COMPACH e Prefeitura Municipal, pois, ao invés de adotar uma postura de imposição a uma condição de preservação, essa pesquisa sugere que, futuramente, a partir das análises comparativas, os exemplares inventariados sejam atualizados pelo poder público oficialmente e, na medida do interesse dos seus administradores, avaliar a permanência ou não do bem. Espera-se que o trabalho sirva para abrir caminhos para a continuidade e o aprofundamento de futuros estudos e planos de ações.

REFERÊNCIAS

BALLART, Josep. **El Patrimonio Histórico y Arqueológico: Valor y Uso**. Ed. Ariel, Barcelona, 1997.

BASTOS, Sênia. Requalificar ou revitalizar? Ações de valorização do patrimônio cultural, educação patrimonial, turismo e hospitalidade. In: **II Seminário de pesquisa em turismo do Mercosul**, 2004, Caxias do Sul, 2014.

BENEVOLO, Leonardo. **Historia da arquitetura moderna**. São Paulo: Perspectiva, 1989.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Acessado em 03 de maio de 2018. Disponível em: <www.planalto.gov.br>.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Carta de Atenas, CIAM, 1933**. Acessado em 25 de junho de 2018. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>>.

_____. **Decreto nº 25**. Novembro de 1937. Acessado em 30 de junho de 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>.

_____. **Decreto nº 22.928**. Junho de 1933. Acessado em 30 de junho de 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del22928.htm>.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Carta de Veneza, ICOMOS, 1964**. Acessado em: 07 de julho de 2018. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do;jsessionid=29194FBA305B2610B5EB3CA4A3A30AFC?id=236>>.

_____. Ministério da Cultura. Instituto do Programa Monumenta. **Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural - Cadernos Técnicos Nº 1**. Brasília: Ministério da Cultura. Instituto do Programa Monumenta, 2005. 76 p.

_____. Código Civil. Código Civil Brasileiro: **Lei nº 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Acessado em 03 de maio de 2016. Disponível em: <www.planalto.gov.br>.

BRUAND, Yves. **Arquitetura Contemporânea no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

CACHOEIRA DO SUL, SPHAN/Pró-Memória e Conselho Municipal do Patrimônio Histórico-Cultural – COMPAHC. **Inventário do Patrimônio Cultural de Cachoeira do Sul**, 1989.

CACHOEIRA DO SUL. **Arquivo Municipal**. Acessado em 25 de março de 2018. Disponível em: <<http://arquivohistoricodcachoeiradosul.blogspot.com/>>.

_____. **Inventário Turístico da Cidade**. 2017. Acessado em 05 de março de 2018. Disponível em: <https://www.cachoeiradosul.rs.gov.br/arquivos/03_inventArio-turIstico.pdf>.

_____. Prefeitura Municipal de Cachoeira do Sul. 2018. Acessado em 05 de março 2018. Disponível em: <<https://www.cachoeiradosul.rs.gov.br/>>.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CURY, Isabelle. **Cartas Patrimoniais**. 3. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. **Manual de Intervenções em Jardins Históricos**. Brasília: Monumenta-IPHAN-Ministério da Cultura, 2005.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ: IPHAN, 1997.

FRAMPTON, Kenneth. **História Crítica da Arquitetura Moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra. **Patrimônio Histórico e Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

GONÇALVES, Yacy-Ara Froner. **Os Domínios da Memória – um estudo sobre a construção do pensamento preservacionista nos *campi* da Museologia, Arquiologia e Ciência da Conservação**. São Paulo. 2001. 480f. Tese (Doutorado em História Econômica) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

IPHAN. Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC: **Manual de Aplicação**. Brasília, 2000.

LE GOFF, Jacques. Patrimônio histórico, cidadania e identidade cultural: o direito à memória. In: BITTENCOURT, Circe (Org.) **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1985. p. 138-139.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é Patrimônio**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2006. 232 p.

MEIRA, Ana Lúcia. **O Passado no Futuro da Cidade – Políticas Públicas e Participação Popular na Preservação do Patrimônio Cultural de Porto Alegre**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

MENEGUELLO, C. **A preservação do patrimônio e o tecido urbano**. 2007. Acessado em 03 de maio de 2018. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp007.asp>>.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. **Tutela do Patrimônio Cultural Brasileiro**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz. **Metodologia da Pesquisa para o professor pesquisador**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

OLIVEIRA, Rogério Pinto Dias de. **Cartas Patrimoniais e Legislação – Manuais do Patrimônio histórico edificado da UFRGS**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

PEVSNER, Nikolaus. **Origens da arquitetura moderna e do design**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

RIEGL, Alöis. Monumentos: Valores atribuídos e sua evolução Histórica. **Revista de Museologia**, São Paulo, 1989.

_____. **O culto moderno dos monumentos**. Madrid: Visor, 1987.

SCHLEE, Andrey Rosenthal. **A arquitetura na transição (1920 – 1950)**. 2001. Monografia (Aperfeiçoamento em Memória Social - Instituições Museológicas) – Centro Universitário Franciscano, Santa Maria, 2001.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997.

SEGUIN, Elida. **O direito Ambiental**. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **Bens culturais e sua proteção jurídica**. 3. ed. Curitiba: Juruá, (1997).

SPHAN/ Pro-memória. **Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: Uma trajetória**. Brasília, 1980.

WEIMER, Günter. **Arquitetos e construtores no Rio Grande do Sul 1892 – 1945**. Santa Maria: UFSM, 2004.